



O Mundo em 2025

A resposta que a União
Europeia tem de dar

***DOCUMENTO DE DISCUSSÃO
NOVEMBRO DE 2007***

www.ein.eu

O Mundo em 2025

A resposta que a União Europeia tem de dar

Índice

Preâmbulo	4
Introdução	5
Síntese	6
I. A Europa satisfeita consigo própria	12
II. Os desafios globais que se anunciam	14
III. Opções em matéria de políticas para a Europa em sectores fundamentais	19
Globalização e economia digital	19
Demografia e imigração	23
Terrorismo e segurança	29
Energia e ambiente	37
IV. Implicações para a União Europeia	42
Governança europeia: valores, identidade e fronteiras	42
O mundo multipolar: o papel crítico da parceria transatlântica	49
V. Conclusões	54

PREÂMBULO

“O Mundo em 2025: A resposta que a União Europeia tem de dar” constitui um contributo significativo para o processo de elaboração das políticas do centro-direita em matéria de política europeia. Trata-se de um trabalho notável, produto do esforço de um grande número de pessoas de toda a Rede Europeia de Ideias (REI) – a rede de grupos de reflexão patrocinada pelo PPE-DE que reúne titulares de cargos políticos e conselheiros, académicos, peritos externos e representantes da sociedade civil.

Nos últimos doze meses, os membros da Rede, grupos de reflexão e fundações políticas trabalharam em doze grupos de trabalho e sete grupos de missão temáticos para analisar em profundidade as questões suscitadas e para considerar possíveis respostas políticas. Realizaram-se reuniões um pouco por toda a Europa – Bruxelas, Londres, Paris, Berlim, Budapeste, Haia, Bona e Madrid – assim como em Washington DC, as quais culminaram na Universidade de Verão, que este ano teve lugar em Varsóvia.

O presente documento de discussão constitui mais uma importante iniciativa da REI para dotar os principais decisores políticos europeus de centro-direita de novas perspectivas das futuras escolhas, desafios e oportunidades, num horizonte temporal mais alargado do que o habitual. O debate ainda está em aberto; o que agora se pretende é suscitar a participação de um leque alargado de pessoas, para desenvolver e refinar as suas análises e conclusões.

Espero que este documento seja amplamente reconhecido como um contributo importante e construtivo para o debate e que estimule uma ampla discussão sobre os temas essenciais que aborda.

Joseph Daul, DPE
Presidente do Grupo do PPE-DE

INTRODUÇÃO

Diz-se muitas vezes que se pode resistir à invasão de um exército, mas não se pode resistir à invasão das ideias.

À medida que avançamos para a segunda década do século XXI, o mundo torna-se um lugar onde as mensagens se transmitem instantaneamente entre as pessoas, onde as notícias são difundidas através de redes mundiais por meio do simples toque de uma tecla e onde as fronteiras significam menos de que em qualquer outro momento na história recente.

Nos últimos 500 anos, os europeus marcaram o ritmo das ideias, do desenvolvimento e da democracia, e o Estado de direito tornou-se um alicerce das nossas sociedades. Mas os tempos estão a mudar.

As ideias, científicas ou políticas, nunca se movimentaram mais livremente, deixando para trás o século XX, com as suas enormes convulsões provocadas pelos conflitos de ideologias.

A velocidade destas mudanças apanha muitos desprevenidos. Alguns dão-se bem com este ambiente, enquanto outros apenas sentem receio, pelos aspectos negativos dele resultantes, e sentem-se excluídos.

Cada vez mais, os problemas globais exigem soluções globais. Não é possível negar que estas mudanças estão a ocorrer, nem que muitas delas são irreversíveis.

Na Europa, nos últimos 60 anos, conseguimos encontrar formas de ultrapassar as diferenças que nos são inerentes e promover em conjunto os nossos valores comuns e a nossa prosperidade.

O que está agora em causa é encontrar uma visão do futuro, e a melhor maneira de o fazer consiste em procurar objectivos específicos a longo prazo. Nos próximos 50 anos, devemos canalizar cada vez mais as nossas energias para ajudar aqueles que ficaram de fora do mundo ocidental a juntarem-se a nós. Isto trará benefícios mútuos e contribuirá para que as sociedades europeias continuem prósperas e estáveis.

Ao perspectivarmos 2025, não podemos fazer uma avaliação rigorosa das circunstâncias que encontraremos. A história está cheia de gente que tentou prever o futuro e falhou, de que são exemplo o Clube de Roma ou o famoso relatório de 1967 do Hudson Institute, que ignorou o desenvolvimento do microprocessador.

Porém, ao reunir informação e experiências, as redes podem ajudar a criar uma ideia do caminho a seguir, simplesmente por estimularem a mais ampla discussão possível sobre as ideias, os factos e as opções fundamentais. Deste modo, os governos poderão tomar decisões que sejam compreensíveis pela maioria dos cidadãos.

Foi nesta perspectiva que a Rede, após amplas consultas, elaborou o presente documento de discussão, que apresenta ideias sobre os grandes desafios do futuro e sobre o que a União Europeia deve fazer para os enfrentar.

SÍNTESE

Ao longo de 2007, a European Ideas Network (rede de ideias europeias) desenvolveu um importante projecto com o objectivo de identificar os principais desafios e opções com que os decisores da UE e dos seus Estados-Membros se irão confrontar nas próximas duas décadas e de desenvolver prospectivamente ideias para os resolver. Este exercício visa dar maior coerência ao ideário de centro-direita em matéria de política europeia.

O presente documento levanta a questão de se saber quais serão as tendências que se revelarão nos próximos 20 anos cuja clara identificação nos permitirá tomar as decisões necessárias para garantir que os europeus continuem prósperos e permaneçam firmes na linha da frente da liderança mundial. Ao perspectivarmos 2025, não podemos prever rigorosamente as condições que existirão nessa data. Porém, ao reunir informação e experiências, as redes podem ajudar a criar uma ideia do caminho a seguir, simplesmente por estimularem a mais ampla discussão possível sobre as ideias, os factos e as opções fundamentais. Deste modo, os governos poderão tomar decisões que sejam mais bem compreendidas pela maioria dos cidadãos.

Foi nesta perspectiva que a REI elaborou o presente documento, que visa apresentar ideias sobre os principais desafios futuros e identificar as medidas que têm de ser tomadas pelos responsáveis pelos programas dos partidos políticos. São as seguintes as suas seis conclusões principais:

1. – Nas matérias em debate, há uma significativa mudança de ritmo e o centro das atenções está a passar das questões constitucionais para os futuros desafios globais. Nos últimos 60 anos, os europeus conseguiram encontrar formas de ultrapassar as suas diferenças e de promover em conjunto os seus valores comuns e a sua prosperidade. Porém, a velocidade da mudança tem vindo a aumentar, e as questões estão a tornar-se cada vez mais globais e a exigir soluções globais. A impressão que se tem é a de que a Europa não está a reagir a essas mudanças com rapidez suficiente.

2. – Estes desafios são de uma enorme amplitude e profundidade. São, por natureza, desafios a longo prazo e não podem ser resolvidos com soluções milagrosas a curto prazo. Por isso, é cada vez mais necessário termos uma visão clara do futuro.

3. – Neste ambiente global em evolução, nenhum Estado-Membro é capaz de enfrentar sozinho esses desafios. A UE e os Estados-Membros devem ter um papel fundamental na promoção e no desenvolvimento da compreensão do que estes desafios irão significar para os cidadãos da UE, incentivando-os a olhar em frente com optimismo e confiança.

4. – Num mundo multipolar, a Europa tem de manter-se aberta a todos os interlocutores, mas uma relação transatlântica mais estreita será essencial para dar resposta a esses desafios, em especial nos planos da economia, da energia e do ambiente, assim como no da segurança. Será necessária uma nova estrutura da parceria transatlântica. Do ponto de vista ocidental, a capacidade de responder devidamente a estes desafios está vinculada a um aprofundamento da parceria transatlântica. Para completar a realização do mercado transatlântico, será necessária uma cooperação transatlântica mais forte no plano económico e regulamentar e a eliminação das últimas barreiras não pautais ao comércio e ao investimento.

5. – Num mundo globalizado baseado na economia digital, a unidade principal de importância será o indivíduo. Nestas circunstâncias, a natureza burocrática da UE e dos seus Estados-Membros terá de se adaptar a uma nova governação europeia. Os cidadãos procuram nas novas tecnologias formas de exercer controlo sobre os dirigentes políticos, de debater ideias e de promover mudanças políticas.

6. - A UE deve agora preocupar-se menos em alargar as suas fronteiras para leste. Nos últimos cinco anos, a UE perdeu muito tempo com o chamado processo constitucional, sem prestar atenção suficiente à necessidade de se adaptar a um mundo de feroz concorrência económica, de ameaças estratégicas vitais e mudanças tecnológicas e culturais radicais. As fronteiras da UE deverão ser agora estabilizadas e deve assentar-se num período substancial de tempo para consolidar a coesão interna da União, permitindo assim que entre os cidadãos da UE se desenvolva um verdadeiro sentimento de identidade. Isto permitirá uma concentração de esforços nos desafios que temos pela frente, sem a dispersão contínua do alargamento da União e sem o potencial enfraquecimento da sua capacidade de ser um parceiro global válido. Esta definição das fronteiras da UE não significará o fim do processo de alargamento, mas obrigará a UE a zelar primeiro pelos seus próprios interesses – a sua capacidade de integração – em vez de permitir a adesão de qualquer Estado que assim o deseje.

Mais especificamente, o documento debruça-se sobre cinco importantes domínios políticos aos quais devem ser dedicados mais tempo e esforço para resolver questões urgentes que não podem continuar à espera:

➤ Competitividade e economia global

A globalização está a alterar rapidamente o equilíbrio entre países à escala mundial. Prevê-se que, em 2060, a China e a Índia sejam responsáveis por 50% do PIB mundial. Tal como já o foram em... 1820. Esta reemergência da Ásia como potência económica mundial irá confrontar a Europa com um desafio radical. Caberá aos europeus decidirem se este previsível declínio relativo da Europa face ao crescimento da Ásia vai continuar a ser, nos próximos 20 anos, a consequência de um simples exercício de recuperação, ou se significa que a Europa está agora em vias de ser definitivamente ultrapassada por nações mais jovens e mais dinâmicas.

Só há uma estratégia possível para evitar as consequências políticas desastrosas que resultariam desta evolução. A Europa tem de se colocar na linha da frente da Era da Informação. Tem de conseguir assumir o controlo da economia do conhecimento, porque as tecnologias da informação invadem hoje todos os domínios da acção política. Não será tarefa fácil. Inverter a tendência vai ser, basicamente, uma

questão de educação, inovação e espírito empreendedor. Para tanto, a Europa tem de se libertar da rigidez e da regulamentação mercantilista que asfixiam o desenvolvimento de uma mentalidade empresarial dinâmica. Se a Europa quiser beneficiar de todas as oportunidades que a globalização lhe vai oferecer nos próximos vinte anos, necessita imperiosamente de maior concorrência no interior dos seus sistemas educativos nacionais e à escala global. Esta deve ser a principal prioridade da União para 2025.

► Demografia e Imigração

O problema mais fundamental e mais difícil da Europa é a baixa taxa de natalidade. À escala mundial, há anualmente 21 nascimentos por mil habitantes; nos Estados Unidos, há 14; na Europa, há 10. O aumento da média de nascimentos de 10 para 11 permitiria, pelo menos, estabilizar a população da Europa, embora não impedisse o declínio da população em idade activa. Para evitar este último declínio, seria necessário um aumento ainda maior da taxa de natalidade. Estudos recentes indicam que, se a fertilidade permanecer no nível actual, a população da Europa perderá, a partir de agora, 30 a 40 milhões de pessoas em cada década. A manterem-se, estas tendências terão efeitos profundos em todos os aspectos da vida dos europeus – nomeadamente nas pensões, nos transportes, na habitação, etc.

Para fazer face aos desafios e oportunidades decorrentes da mutação demográfica, os decisores políticos europeus terão de estimular o crescimento das taxas de natalidade, subir a idade da reforma, aumentar a taxa de participação e promover o aumento da produtividade da mão-de-obra activa e incentivar o trabalho a tempo parcial e a adaptabilidade dos trabalhadores, através de instrumentos legislativos e financeiros.

No que diz respeito à imigração, os países da UE precisam de repensar as suas políticas neste domínio, que estão concebidas para trabalhadores não qualificados, e de as substituir, pelo menos em parte, por políticas que facilitem a imigração de trabalhadores qualificados. É preciso apostar na qualificação dos migrantes há muito residentes entre nós e aproveitar o seu multilinguismo e a sua familiaridade com a dimensão intercultural. É preciso tomar medidas para tornar a Europa atractiva, em comparação com o resto do mundo, para atrair e reter trabalhadores qualificados e para inverter a fuga de cérebros. Por último, os problemas específicos da integração dos imigrantes de segunda geração têm de ser encarados com maior seriedade do que até aqui, no interesse tanto dos imigrantes como da população nativa.

► Terrorismo e Segurança

A democracia de mercado do século XXI abriu novas fontes de informação e novos sistemas de comunicação, que facilitam as viagens, as redes internacionais e a mobilidade dos estudantes numa escala sem precedentes. Nos próximos 20 anos, essas tendências conhecerão um crescimento exponencial. Esta nova realidade fez surgir um novo tipo de inimigo, que abusa da liberdade de acesso à informação e da facilidade de comunicação e de deslocação. As novas ameaças reflectem a diversidade da Era da Internet. A democracia está a ser atacada através de uma “ciber-mobilização”, que visa aliciar potenciais recrutas inimigos em todo o mundo.

As táticas deste inimigo procuram corroer e destruir a superioridade moral das democracias, procurando, por exemplo, forçá-las a abdicar do Estado de direito na defesa da lei. Em vez de as desafiar para um combate frente-a-frente, este inimigo amorfo prefere provocar as democracias para as levar a tomar atitudes que suscitem o repúdio da opinião pública moderada noutras regiões importantes e que façam vacilar o apoio interno.

Não existe uma receita mágica para enfrentar o terrorismo. Para criar as condições propícias à eliminação da ameaça terrorista, é preciso conjugar a determinação política, a firme resistência dos cidadãos, medidas de combate ao terrorismo cada vez mais sofisticadas e subtis, a redução de quaisquer razões de queixa legítimas e a marginalização da causa terrorista. A chave do sucesso na luta contra essa ameaça global pode passar por enfrentá-la em diferentes teatros e de maneiras diferentes e por desenvolver Estados de direito capazes de proporcionar benefícios aos seus cidadãos e de estabelecer instituições democráticas. A União tem de continuar a dar prioridade à promoção da democracia e dos direitos humanos em todo o mundo.

Todos os europeus têm de estar bem cientes da importância da luta pelos seus valores e da sua defesa contra todas as formas de ameaça terrorista. É essencial uma cooperação estreita entre os seus governos, com base neste entendimento comum.

Um desafio fundamental para as sociedades democráticas europeias é o da integração política e económica dos grupos sociais que hoje se sentem excluídos e ressentidos. É necessário desenvolver esforços para promover o diálogo intercultural, para reforçar a posição moderada da generalidade dos muçulmanos e para isolar os extremistas.

Neste sentido, será necessária capacidade de liderança para equilibrar quaisquer novas medidas de segurança que sejam necessárias com o respeito dos valores democráticos e das liberdades individuais.

► Energia e Ambiente

O que torna significativo o momento presente é a rapidez das mudanças e a convicção generalizada de que as alterações climáticas não decorrem de causas naturais.

A forma mais radical de dar resposta às alterações climáticas é procurar detê-las através da aplicação por todos do Protocolo de Quioto. Mas há uma política alternativa potencialmente mais produtiva, que é a de optar por uma "estratégia de adaptação" baseada no conceito de que a solução para os desafios das alterações climáticas pode vir do progresso tecnológico. São necessários investigação e investimentos que nos ajudem a descobrir novas tecnologias susceptíveis de melhorar a forma como nós, no Ocidente, e os nossos vizinhos em todo o mundo, convivemos com o nosso ambiente. A estratégia mais promissora não consiste em pôr em causa o mercado que gera crescimento económico e sucesso tecnológico, mas em tirar partido da sociedade do conhecimento que a globalização está a gerar.

No que diz respeito à energia, a médio prazo, a única tecnologia comprovada que pode ter um impacto significativo no aprovisionamento energético é a nuclear. Soluções alternativas como os geradores eólicos ou os biocombustíveis podem dar apenas uma pequena contribuição para as crescentes necessidades de energia. Podem ser úteis apenas como complementos locais. As proibições ao desenvolvimento da energia nuclear devem, portanto, ser levantadas. O desafio fundamental é o de reconstruir um consenso popular em torno da energia nuclear.

A União Europeia e os seus Estados-Membros devem conceder generosos créditos e incentivos fiscais à indústria, às pequenas empresas, às regiões e municípios, assim como às famílias e aos consumidores, para estimular a investigação e desenvolvimento e a rápida adopção das tecnologias associadas às energias renováveis e às pilhas de hidrogénio. Mas o grande desafio que se coloca à UE nas próximas duas décadas será o de fomentar o espírito competitivo e o ambiente desregulado, juntamente com melhores qualificações e educação, capazes de proporcionar aos europeus a possibilidade de serem dos primeiros a tirar todas as vantagens destas novas oportunidades tecnológicas.

O documento termina recordando que todos estes desafios e soluções estão estreitamente interligados. Por exemplo, a inovação está ligada à demografia e à imigração mas, por sua vez, a imigração está ligada ao terrorismo e à segurança, enquanto a segurança está ligada às questões do ambiente e da energia. Consequentemente, se este exercício for útil para alertar os decisores políticos para os perigos que se nos deparam, é preciso salientar que serão necessárias actualizações regulares, para ter em conta todas as alterações que seguramente irão afectar essas ligações à medida que as coisas forem seguindo o seu curso.

I. A EUROPA SATISFEITA CONSIGO PRÓPRIA

No Outono de 2007, a vida parece correr bem na Europa. Vista do lado de fora das suas fronteiras, dos EUA, da América Latina ou da Ásia, a Europa apresenta-se estável, próspera, assente no Estado de direito e tendo a democracia como sua premissa fundamental.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o progresso da Europa e dos seus Estados-Membros foi, a todos os títulos, nada menos do que notável. Esmagados pela experiência de duas guerras mundiais no espaço de 30 anos, os líderes do pós-guerra sentiram-se no dever de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para evitar que esse cenário de destruição voltasse a ocorrer.

Começando com um pequeno grupo de seis países europeus, com uma população de 170 milhões de habitantes em 1957, a Comunidade Económica Europeia (hoje União Europeia) alargou-se a 27 países e a quase 500 milhões de pessoas. A Declaração do 50.º aniversário da União Europeia reconheceu o carácter único deste processo e a grandeza da sua realização.

A União Europeia, através da visão ampla da sua liderança, desenvolveu a sua capacidade de resolver os problemas dos seus Estados-Membros através do conceito de uma sociedade de Estados em rede¹ capaz de realizar as suas ambições conjugando esforços em domínios específicos.

Graças as estas decisões, os povos da Europa tornaram-se mais prósperos do que nunca, e os princípios do mercado único europeu facilitam a sua vida, com a livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais através das velhas fronteiras do Império.

A economia europeia está hoje em boa forma, tendo sido criados na zona euro, desde 2000, mais novos empregos – 13,1 milhões – do que nos Estados Unidos no mesmo período de tempo. O retrato é ainda mais favorável se incluirmos membros não integrados na zona euro, como o Reino Unido. Na Europa Oriental, os novos membros da UE estão a crescer a taxas equiparáveis às do Extremo Oriente. Por exemplo, a actual taxa de crescimento da Polónia é igual à da Índia, e a economia checa está a crescer mais rapidamente do que as de Taiwan ou da Malásia. A zona euro regista um excedente comercial, ao contrário dos Estados Unidos, com 830 mil milhões de dólares de défice, e tem uma economia de dimensão comparável.

O recente sucesso da Presidência alemã, ao obter um mandato para um tratado reformador, que pode ser ratificado no próximo ano, constitui um passo importante para a entrada da União no século XXI. O Tratado vem pôr termo ao impasse que tolhia os movimentos à União desde o seu alargamento a 27 membros e vai permitir-lhe concentrar-se em questões mais importantes, como a segurança energética, as alterações climáticas e as relações com o resto do mundo.

¹ Manuel Castell's Network Society, 1996.

Uma cooperação mais intensa no domínio da justiça e dos assuntos internos é um factor importante para enfrentar as actuais ameaças à segurança da Europa. No entanto, a luta contra o terrorismo não será completa sem o apoio dos EUA. Na realidade, a ameaça que o terrorismo faz pairar sobre a UE e os EUA tem constituído um factor significativo para o reforço da cooperação transatlântica nos últimos anos.

Contudo, continuam a fazer-se ouvir vozes críticas contra Bruxelas. A UE está debaixo de fogo por produzir legislação que irá resultar em interferências desnecessárias e maior burocracia. Além disso, tanto a aparente falta de responsabilização visível dos funcionários da UE como a convicção generalizada de que são fracas as estruturas de controlo dos seus fundos dão uma forte impressão de que o “défice democrático” ainda está longe de ser ultrapassado.

O período de intenso debate constitucional está a chegar ao fim. Porém, o debate sobre os desafios globais com que nos defrontamos começa agora a intensificar-se. Estes desafios incluem questões como a necessidade de inovação e de qualificações que acompanhem o ritmo rápido da globalização, da mutação demográfica e da imigração e, por último mas não menos importante, a segurança energética e as alterações climáticas.

Os europeus têm razões para estar satisfeitos com a forma como souberam resolver os problemas do século XX. Mas a questão que exige uma resposta cada vez mais urgente é: não estaremos a exagerar nessa satisfação? Até que ponto estamos em condições de enfrentar os desafios do século XXI, que só podem ser superados por meio de uma cooperação efectiva a nível europeu e internacional? Quais são as tendências para os próximos 20 anos, cuja clara identificação nos permitirá tomar as decisões necessárias para garantir que os europeus possam continuar prósperos e firmes na primeira linha da liderança global?

II. OS DESAFIOS GLOBAIS QUE SE ANUNCIAM

Desde a queda do Muro de Berlim, no final de 1989, a Europa tem vivido um período de mudanças revolucionárias, felizmente de natureza pacífica. As estruturas da União Europeia passaram por grandes mudanças, quer em termos de número de membros, quer no plano das suas competências, culminando na proposta de tratado reformador cujo texto ficou concluído em fins de 2007.

Enquanto a maior parte das alterações ao processo de desenvolvimento das políticas se concentrou nos domínios internos às fronteiras da União, na cena mundial ocorreram acontecimentos importantes aos quais a UE respondeu de forma esporádica, dando a impressão de reagir aos acontecimentos em vez de tentar dar-lhes um rumo através de uma estratégia cuidadosamente delineada.

A rápida proliferação de redes de informação globais levou a que problemas que outrora ocorriam em locais distantes e que não podíamos presenciar sejam agora trazidos instantaneamente para dentro das nossas casas. Não podemos ficar indiferentes ao sofrimento dos outros nem aos desafios que se colocam a toda a humanidade. A Europa, sempre que possível, tem de ser capaz de levar a sua ajuda aos dois terços da população mundial que não estão plenamente integrados no sistema global.

Para realizar este exercício, a REI apoiou-se largamente no trabalho desenvolvido pela *Fondation pour l'innovation politique*, que iniciou um processo de discussão dos importantes relatórios prospectivos sobre o Mundo em 2025 publicados pelo *National Intelligence Council*, um órgão consultivo da CIA, e pelo Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia.

Para os efeitos da presente análise, os desafios globais que se anunciam, e que são, pela sua natureza, de longo prazo, são abordados em títulos separados, segundo as suas dimensões de segurança, política e económica, com a salvaguarda óbvia de que o equilíbrio entre estes diferentes elementos pode ser alterado por acontecimentos imprevisíveis.

DIMENSÃO DE SEGURANÇA

A previsibilidade e o desconforto da situação vivida durante a Guerra Fria foram agora substituídas pela imprevisibilidade, ainda que menos tensa, do mundo pós-Guerra Fria. Depois de uma guerra pela liberdade claramente vencida, tanto no plano militar como no económico, pelas potências ocidentais, a primeira década do século XXI é agora dominada por preocupações diferentes, num contexto em que surgem outros países para assumir o controlo da agenda global.

O estado de espírito do Ocidente foi moldado pela ameaça de uma invasão vinda de Leste. Hoje, os desafios são mais variados e difusos. O terrorismo é um dos principais motivos de preocupação, que nos coloca na necessidade de evitar que as sociedades ocidentais sejam destruídas por grupos jihadistas que seguem uma

agenda radical e utilizam a liberdade da Internet para comunicar entre eles e preparar ataques apontados às partes mais débeis e vulneráveis dos nossos sistemas.

Ligada a esta está a ameaça da proliferação nuclear, igualmente alimentada pelo acesso fácil à informação fornecida na Internet. Aquilo que está em causa no actual braço-de-ferro com o Irão é de uma extraordinária importância. Se o Irão conseguir atingir o seu objectivo, é difícil prever quantos países se tornarão potências nucleares até 2025.

A questão dos Estados falhados tem de merecer urgentemente a nossa atenção. É inaceitável que quase 50 dos cerca de 200 países do mundo ainda não sejam capazes de se governar a si próprios e que os seus povos estejam presos a condições de vida miseráveis. Até 2025, estes países têm de ser efectivamente inseridos no sistema internacional.

A avidez por recursos naturais irá aumentar progressivamente, o que terá implicações potenciais para a política europeia de segurança e defesa. Os chineses vão muito à frente na competição que visa assegurar recursos futuros, assinando contratos a longo prazo com iranianos e sudaneses para o fornecimento de petróleo e com outros países de África para o fornecimento de matérias-primas. Os russos, senhores de enormes recursos em petróleo e gás, estão a reemergir como potência mundial, felizes por utilizarem esse poder na defesa dos seus interesses – porventura mais orientados para a reivindicação territorial do que para a difusão de conhecimentos em matéria de TI entre os seus cidadãos.

O facto de a ameaça militar ter diminuído, aparentemente, nos últimos anos não significa que ela não possa ressurgir no futuro. Leia-se, por exemplo, uma recente publicação que documenta o "China's New Great Leap Forward, High technology and Military Power in the Next Half-Century"² ["O novo grande salto em frente chinês, alta tecnologia e poder militar no próximo meio século"]. A Rússia e a China, juntamente com Estados da Ásia Central, constituíram recentemente uma organização regional (a Organização de Cooperação de Xangai) cujos contornos, por razões militares ou económicas, não são ainda muito claros.

Um mundo multipolar está a emergir diante dos nossos olhos. A Europa tem de estar entre os principais actores da cena mundial, ainda que tenhamos pouca vontade política de financiar os meios militares necessários para sermos um actor importante. Porém, nestas circunstâncias, tem de ser reafirmado o valor da parceria transatlântica, alterando-se as estruturas actuais, inclusivamente da NATO, para que todos os parceiros possam ter um papel mais efectivo no esforço conjunto para enfrentar desafios globais como o do Médio Oriente, do Afeganistão, da China e da Rússia.

DIMENSÃO POLÍTICA

Nas próximas duas décadas, será dada uma atenção muito maior aos 3 domínios políticos seguintes:

² Hudson Institute, 2005.

Demografia e imigração: Em resultado do aumento da esperança de vida, o número de cidadãos europeus reformados irá quase duplicar até meio do século. A retracção da população activa relativamente à população não activa vai ser especialmente problemática. As implicações, para as políticas, irão da escassez de mão-de-obra e abrandamento das taxas de crescimento a pressões crescentes sobre os sistemas de pensões e ao progressivo aumento das despesas com a saúde pública. Terão também de ser resolvidas questões como a dos actuais modelos de migração, o papel da imigração na resposta política à evolução demográfica e o desafio da integração das populações imigrantes nas nossas sociedades. A população mundial será cada vez mais urbana, e uma grande maioria habitará em grandes áreas metropolitanas, o que terá profundas consequências para as políticas relativas à pobreza, à criminalidade e às relações comunitárias.

Energia e ambiente: Têm de ser encontradas soluções para o duplo desafio da segurança energética e das alterações climáticas. Uma e outra começaram a ser vistas, justificadamente, como as duas faces da mesma moeda. A nossa dependência de importações de energia vai aumentar significativamente até 2030. Aumentará a competição pelos recursos energéticos. Entretanto, o recente relatório das Nações Unidas sobre as alterações climáticas funcionou como um despertador para os limites de crescimento baseado nos combustíveis fósseis.

A defesa da democracia: A vitória das convicções ocidentais em matéria de economia não vai ser necessariamente seguida por uma imparável adesão de todos os países à democracia parlamentar de modelo ocidental. Além disso, no plano interno, factores como o receio do terrorismo, o receio das diferenças culturais e o receio da imigração poderão levar a que movimentos autoritários, xenófobos e securitários ponham em risco a actual harmonia social³.

DIMENSÃO ECONÓMICA

A globalização está iminente. E vem para ficar. Pode ser controversa, mas tem sido um importante instrumento de criação de riqueza. Constitui uma ameaça principalmente para aqueles que se recusam a responder-lhe. Nos próximos 20 anos, os países que se isolarem dos mercados mundiais serão aqueles que terão mais problemas.

Não é a globalização em si mesma que está a dividir a sociedade. É o receio da globalização que a divide. Não devemos temer a globalização, mas sim aqueles que nos fazem temer a globalização. Na verdade, os pobres de hoje não são vítimas do excesso de globalização, são vítimas da sua falta.

Se compararmos as pessoas mais ricas do mundo com as mais pobres, vemos que o fosso se alarga. Mas se olharmos para o PIB *per capita* nos EUA, na UE ou na China e os compararmos com o que eram há dezenas de anos, constataremos que o PIB *per capita* na China cresceu muito mais do que nos países industrializados. Em 1960, a chamada classe média – os que ganham entre 20 e 40 dólares por dia – representava apenas 6% da população mundial. Hoje chega aos 50%.

³ Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, '*The New Global Puzzle: What World for the EU in 2025*' [“O novo quebra-cabeças global: Que mundo para a UE em 2025?”], 2006.

Além disso, a globalização está realmente a mudar o equilíbrio global entre os países. A China e a Índia serão provavelmente responsáveis por 50% do PIB mundial em 2060. Tal como já o foram em 1820. O que presenciemos agora é uma deslocação para a Ásia. Mas isto não é novo na história. Estamos a assistir a uma reemergência da Ásia. Não que a transição seja necessariamente suave. Na sua corrida ao estatuto de primeiro mundo, estes países encontrarão dolorosos problemas em termos de infra-estruturas, de falta de água e de energia e de escassez de qualificações essenciais.

Por último, mas não menos importante, a estagnação das negociações da Ronda de Desenvolvimento de Doha e a emergência de acordos bilaterais mostram que não se pode estar seguro de um quadro multilateral enquanto não for estabelecido por todos os grandes parceiros comerciais, no âmbito da OMC, um código rigoroso para esses acordos.

No intuito de avaliar de forma mais detalhada a evolução do ambiente global no qual a UE e os seus Estados-Membros vão actuar, de identificar importantes tendências económicas e sociais a longo prazo, de analisar os grandes desafios políticos delas decorrentes, de equacionar as principais opções e escolhas em cada domínio político e, se possível, de sugerir as melhores estratégias para soluções futuras, a REI seleccionou quatro grandes áreas de intervenção política abordadas pelos seus grupos de trabalho e de missão.

1) Globalização e economia digital

2) Demografia e imigração

3) Terrorismo e segurança

4) Energia e ambiente

Estes quatro grandes desafios políticos envolvem dois aspectos relacionados entre si que têm de ser encarados pela União Europeia:

Governança europeia:

Para enfrentar estes desafios, a União Europeia tem de ser capaz de formular políticas comuns e de implementar eficazmente as suas acções. Para isso, é essencial que a União se estruture de forma a ter uma **governança** eficiente, assegurando a responsabilidade política e os recursos financeiros necessários para ser eficaz. Indissociavelmente ligadas a este tema estão as questões dos **valores e da identidade** da Europa e a das **fronteiras** da União.

Parceria transatlântica:

A União Europeia tem, sem dúvida, um papel importante a desempenhar para dar resposta a estes desafios. A sua eficácia será, contudo, fortemente reforçada se dispuser de parceiros capazes. Aqui, os Estados Unidos serão os parceiros indispensáveis. Uma **cooperação transatlântica** mais estreita numa série de questões globais será essencial para assegurar a liderança global, chamar a si outros actores e conceber respostas eficazes – por exemplo, em matéria de alterações climáticas e de energia.

Por último, mas não menos importante, as conclusões dos próximos capítulos tornarão claro que estes quatro grandes temas estão intimamente interligados. Nenhuma potência ou instituição poderá enfrentar sozinha estes desafios, por muito necessária ou indispensável que possa ser.

III. OPÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICAS PARA A EUROPA EM SECTORES FUNDAMENTAIS

Globalização e Economia Digital

ANÁLISE

A globalização não é um fenómeno novo. Segundo a análise de Thomas Friedmann no seu livro “The World is Flat” [“O mundo é plano”], a primeira fase do processo iniciou-se com a revolução industrial na Europa no século XVIII, tendo **países** como actores principais. A segunda fase – a era das **grandes empresas multinacionais** – começou a seguir à Segunda Guerra Mundial, quando, sob a liderança dos EUA, organizações internacionais como o GATT, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial se empenharam em reduzir as quotas comerciais e as barreiras pautais que proliferavam por todo o mundo. Este processo teve novo impulso nas décadas de 1970 e 1980, mas atingiu o seu apogeu na década de 1990, em consequência de dois importantes acontecimentos:

1. a queda do muro de Berlim, que injectou milhões de trabalhadores carenciados no sistema económico mundial (a que se seguiram 750 milhões de trabalhadores chineses, quando a China voltou costas à sua experiência comunista maoísta);
2. a emergência de uma nova revolução tecnológica que tornou incrivelmente mais barato e mais fácil levar produtos e informação a praticamente todos os cantos do globo e iniciou a fase de disseminação da economia do conhecimento em todo o mundo.

A globalização ainda não está completa (a circulação de produtos e serviços ainda não é tão livre como possivelmente seria antes da Primeira Guerra Mundial, mesmo no interior da União Europeia). Porém, estamos agora próximos de um mundo globalizado em que mercadorias, serviços, capital financeiro, máquinas, dinheiro, trabalhadores e ideias migram para qualquer local onde sejam mais valorizados e possam trabalhar em conjunto com mais eficiência, flexibilidade e segurança.

A globalização desencadeou assim uma incrível explosão de crescimento da produtividade em todo o mundo. O crescimento da produtividade global quase duplicou, passando de 1,2% ao ano na década de 1980 para 2,3% ao ano na década passada – excepto na Europa Ocidental e no Japão, que tiveram na década passada um desempenho menos bom do que na de 1980. Basicamente, a globalização tem sido uma máquina de criação de riqueza para o mundo: nunca na história a pobreza diminuiu tão rapidamente e tão dramaticamente como nos dias de hoje.

Muitos comentadores respeitados acreditam que as crescentes tensões económicas e sociais, tanto a nível internacional como interno, podem conduzir a percepções políticas negativas, susceptíveis de comprometer todo o processo antes de chegarmos a 2025. Pensamos, porém, que estes receios são exagerados. As profundas disparidades são importantes, mas são compensadas pela imensa transformação posta em marcha

pela concorrência global, que traz para a modernidade económica milhões de pessoas por ano... 15 milhões de indianos entram anualmente no mercado de trabalho global.

Assim, as mesmas forças económicas e tecnológicas que estruturaram o mundo durante a década de 1990 deverão continuar a funcionar nos próximos vinte anos. Esta terceira fase da globalização vai ser a do **indivíduo**, que adquire poder através do acesso à informação pela Internet. O crescimento dinâmico da tecnologia da informação (TI) torna impossível prever futuras direcções, mas a tendência geral é clara: a velocidade de processamento, a capacidade de armazenamento de dados e a conectividade da banda larga continuarão a desenvolver-se a ritmo acelerado.

Por exemplo, em 2005, a previsão dos peritos apontava para a duplicação da quantidade de informação digital no mundo em cada 1100 dias. Em 2007, esse prazo foi encurtado para 11 meses. Um novo estudo da IBM prevê que em 2010 a quantidade de informação irá duplicar a cada 11 horas. Outro relatório, da empresa de análises IDC, sugere que, até 2010, a quantidade de informação criada e copiada irá multiplicar-se por mais de 6 vezes, até aos 988 exabytes, o que representa uma taxa anual de crescimento combinado de 57%.

Ainda mais impressionante é o caso do IPv6, o próximo protocolo para interligação de redes de comutação de pacotes. O IPv6 é o sucessor designado do IPv4, a versão actual do Protocolo Internet para utilização geral na Internet⁴. O que é decepcionante para a Europa e os EUA é que a Ásia está a avançar muito mais rapidamente para o IPv6 do que nós. Em 2025, é provável que os direitos de propriedade intelectual de uma grande parte da inovação tecnológica necessária para efectuar esta transição sejam detidos pela Ásia.

A previsão mais razoável e provável é que a globalização prossiga ao mesmo ritmo, ou até a um ritmo superior. Consequentemente, em 2025, o mundo será constituído por um muito maior número de grandes potências económicas do que antes acontecia. A China, a Índia, o Japão, a Coreia, a Malásia e a Indonésia assumirão uma importância maior na economia global. Prevê-se geralmente que a China seja, em 2025, o maior exportador mundial e que o Sul da Ásia produza nessa altura 38% da riqueza mundial, contra os 24% de hoje. Este salto em frente colocará o novo pólo económico asiático a par dos países da OCDE, que deverão então produzir 40% da riqueza mundial.

Espera-se também que o processo de globalização entre numa nova fase qualitativa. Em 2025, a vantagem competitiva da economia asiática já não se limitará à produção de bens com base na mão-de-obra barata e na abundância de recursos. A globalização está já a estender-se para além dos produtos manufacturados e a avançar rapidamente na escala da mais-valia para outros segmentos da economia, como o sector dos serviços, de que tem estado até agora geralmente arredada (medicina, processamento de dados, desenvolvimento de *software*, etc.). Como consequência da revolução das tecnologias da comunicação, que permite ao conhecimento superar os tradicionais obstáculos da distância, em 2025 a concorrência asiática estender-se-á também às áreas mais longínquas do valor acrescentado.

⁴ O IPv6 (Internet Protocol version 6) irá aumentar imensamente o número de endereços disponíveis para dispositivos ligados em rede, permitindo que, por exemplo, cada telemóvel e cada dispositivo electrónico móvel tenha um endereço próprio. O IPv4 suporta 2³² (cerca de 4,3 mil milhões) endereços, o que não basta sequer para atribuir um endereço a cada ser humano vivo, e muito menos a cada dispositivo incorporado e portátil. O IPv6 suportará 2¹²⁸ (cerca de 340 mil milhões de milhões de milhões de milhões) endereços, o que equivale a cerca de 5×10²⁸ endereços por *cada* um dos 6,5 mil milhões de seres humanos que vivem actualmente.

Esta reemergência da Ásia como potência económica mundial irá confrontar a Europa com um desafio radical.

A concorrência das nações emergentes não é um jogo de soma nula enquanto a investigação e a tecnologia abrirem novos mercados e criarem novas oportunidades para desenvolvimento futuro em sectores económicos ainda inexplorados. Este é o caso dos Estados Unidos, onde, nos últimos dez anos, e graças à sua liderança na tecnologia e na inovação, por cada emprego perdido para concorrentes do outro lado do oceano, foram criados 1,2 empregos no mercado interno (respondendo os serviços actualmente por mais de 80% da produção interna). Porém, infelizmente, não é este o caso da Europa continental (onde por cada emprego perdido, só 0,8 é criado).

As razões desta situação são bem conhecidas. A Europa está sobrecarregada de regulamentação laboral e do mercado e de normas rígidas que limitam a mobilidade, reduzem a concorrência, impedem a inovação e desencorajam o empreendedorismo de risco. Em resultado, a produtividade europeia está a crescer a uma taxa inferior em um ponto percentual à de há dez anos, quando o impacto da última fase de globalização ainda não se tinha feito sentir plenamente. O crescimento económico mantém-se abaixo dos 2% ao ano, enquanto na América ultrapassou os 3%. Não é, pois, surpreendente que a maior parte das opiniões públicas europeias tenha uma imagem negativa da globalização.

Depende dos europeus decidirem se este declínio relativo da Europa face ao crescimento da Ásia continuará a ser, nos próximos vinte anos, a consequência de um simples exercício de recuperação, ou se significa que a Europa está em vias de ser definitivamente ultrapassada por nações mais jovens e mais dinâmicas.

OPÇÕES DE POLÍTICAS

Só há uma estratégia possível para evitar à Europa as consequências políticas desastrosas que adviriam dessa evolução. Para estar preparada para a próxima ronda de concorrência global, para a controlar e se manter na senda da prosperidade, a Europa tem de avançar para a linha da frente da era da informação. Deve conseguir dominar a economia do conhecimento, porque as tecnologias da informação estão presentes em todos os domínios, incluindo outras áreas fundamentais do crescimento como as nanotecnologias e as biotecnologias.

Não será tarefa fácil, como se demonstra com um exemplo. Das trezentas empresas no mundo com elevados rácios de despesa em I&D, 130 situam-se nos EUA e cerca de 90 na Europa. A comparação parece favorável. No entanto, das empresas americanas, 53 foram criadas depois de 1960, enquanto entre as europeias, o número correspondente é de apenas ... duas. Isto significa que as empresas europeias que investem muito em I&D pertencem principalmente às antigas indústrias, não à nova economia TI. Nada há de errado em que estas indústrias também se modernizem e inovem, até para capitalizar a revolução digital; mas não é suficiente.

Inverter a tendência e esbater a diferença é basicamente **uma questão de educação, de inovação e de espírito empreendedor**. A Europa tem de escolher entre três opções fundamentais se quiser manter-se entre as principais potências económicas e políticas das próximas décadas.

Aumentar, simplesmente, os recursos investidos em projectos de I&D (por exemplo, através de investimento público) nunca será suficiente, porque o que é necessário não é apenas mais invenção, mas sim melhor inovação, o que é muito diferente. Muitas vezes, na Europa, o foco da “investigação e desenvolvimento” acaba por se limitar ao interesse na investigação. O “desenvolvimento” exige a aplicação das ideias ao mundo real, onde a investigação possa levar à inovação – e inovação implica uma cultura que valoriza os empreendedores que sabem como transformar conhecimento em dinheiro e que não se limitem a transformar dinheiro em conhecimento, o que não basta para ajudar a economia europeia. Na economia digital, uma sociedade baseada no conhecimento é essencial, mas esse conhecimento tem de ser aplicado de uma forma economicamente produtiva. Para tanto, a Europa tem de se libertar da rigidez e dos regulamentos mercantilistas que entravam o desenvolvimento de uma mentalidade empresarial dinâmica.

Hoje, até a educação está a ser globalizada. As universidades americanas vão muito à frente nesta área de actividade. Este é agora o maior desafio que se coloca aos europeus, porque muitas pessoas que hoje vivem com 5 mil euros por mês vão ter de enfrentar a concorrência de outros trabalhadores (da Índia, por exemplo) com idêntica formação académica e profissional, mas que pedirão apenas 500 euros para fazer o mesmo trabalho. Para responder a este desafio, a Europa necessitará não só de um grande Instituto Europeu de Tecnologia financiado por fundos públicos, mas também de uma rede de institutos concorrentes mais pequenos que ajudem a adaptar os europeus a um novo ambiente. Além disso, as universidades devem ser mais abertas à concorrência nos serviços que prestam.

Para assegurar a efectiva utilização da tecnologia da informação como alavanca para os aumentos de produtividade na indústria e serviços essenciais a fim de manter a competitividade global da Europa, será preciso dar a maior prioridade ao objectivo de dotar os europeus da gestão e da força de trabalho com as qualificações necessárias para agarrar as oportunidades e compreender e aplicar a tecnologia. Terá de ser dada especial atenção às competências e qualificações em TI, particularmente no sector das PME, um factor essencial na criação de novos empregos.

Se a Europa quiser beneficiar de todas as oportunidades que a globalização continuará a oferecer nos próximos vinte anos, é imperioso que haja uma maior concorrência no interior dos sistemas educativos nacionais e à escala global. Esta deve ser a principal prioridade da Europa para 2025.

Demografia e Imigração

ANÁLISE

Os europeus estão a viver mais tempo: a esperança de vida na Europa em 1900 era de apenas 47 anos; um século mais tarde chegou aos 77. Em 2025, se não for mais cedo, subirá aos 81 anos para os homens e aos 86 para as mulheres – e, no Japão, atingirá os 92 anos. Esta é uma tendência global, a prazo: a esperança de vida à nascença é hoje de 64 anos na Índia e de 72 na China; a média mundial é 63 anos. A proporção da população mundial com mais de 60 anos aumentará para um em cada cinco até 2025, quando em 1950 era de um em doze. Em 2050, mais de dez por cento dos europeus terão mais de 80 anos.

Ao mesmo tempo, as taxas de fertilidade diminuirão. Presentemente, 29 países do mundo têm taxas de fertilidade abaixo do necessário para manterem a sua população. Na União Europeia, este é um problema grave: 12 Estados-Membros da UE têm taxas de fertilidade inferiores ao nível da estabilidade. O “*baby boom*” (explosão de natalidade) europeu – que atingiu o seu máximo em 1964, com mais de seis milhões de nascimentos na UE-15 – foi seguido por uma retracção da natalidade. Em 2002, os nascimentos na UE-15 não chegaram aos quatro milhões. A taxa de fertilidade total que na década de 1960 estava acima da taxa de substituição – de 2,1 filhos por mulher – desceu agora para 1,5.

Com estas duas tendências paralelas, a população em idade activa na Europa irá declinar acentuadamente, em termos absolutos e proporcionais. Até 2050, o número de pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos diminuirá 48 milhões (uma queda de cerca de 20%), e o número dos maiores de 65 anos aumentará 58 milhões. De quatro pessoas em idade activa por cada idoso, a Europa passará a um rácio de dois para um. A OCDE prevê que, em 2050, nos países industrializados, por cada reformado pode haver apenas uma pessoa efectivamente a trabalhar

Segundo as tendências actuais, a população da UE-27 crescerá de 490 milhões em 2005 para 499 milhões em 2025, mas depois cairá para 470 milhões em 2050. Os maiores aumentos de população ocorrerão no Luxemburgo, na Suécia, na Irlanda e no Reino Unido, onde as populações crescerão 41%, 18%, 14% e 12%, respectivamente, até 2050. As maiores quedas serão na Bulgária, Roménia, Eslovénia, Croácia e República Checa, que podem perder cerca de 20% das suas populações. Já a população dos EUA deverá crescer de 296 para 420 milhões (um aumento de 42%), devido a maiores taxas de natalidade e de imigração. A população do Norte de África aumentará de 194 para 324 milhões (ou 67%) durante o mesmo período, e a Turquia passará de 73 para 101 milhões de habitantes em 2050 (um crescimento de 38%, com uma taxa de fertilidade de 2,4). Em 2025 terá atingido 90 milhões. No contexto do debate sobre o alargamento, deve referir-se que, mesmo com estes níveis de crescimento, a adesão da Turquia não resolverá o problema da falta de mão-de-obra na União.

Juntamente com o Japão, a Europa está na linha da frente da que é, provavelmente, uma tendência mundial. No próximo meio século, os países em desenvolvimento responderão por cerca de 90% do crescimento da população mundial. As suas populações continuarão a crescer por várias décadas. Além disso, apesar de as

taxas de fertilidade terem decrescido na Ásia Oriental e na América Latina, também estas regiões continuarão durante muitos anos mais jovens do que os países desenvolvidos. No entanto, prevê-se que as taxas de fertilidade nos países em desenvolvimento caiam para o nível de substituição em 2050 e, em seguida, se mantenham abaixo deste nível. O desafio de uma população em envelhecimento e em declínio começará a ser global em 2070. Por isso, embora a população mundial ainda vá crescer cerca de um quarto até 2025 – de 6,4 mil milhões para 8 mil milhões –, deverá atingir o máximo de 9,3 mil milhões em 2050 e depois começar a decrescer.

Questões europeias

A UE e os seus Estados-Membros começaram nos últimos cinco anos a procurar solucionar alguns destes problemas prementes. Se bem que uma boa parte destas questões continue a ser, essencialmente, da responsabilidade dos governos a nível nacional ou regional, a dimensão europeia está a tornar-se mais pronunciada. O domínio de actividade mais óbvio é o que diz respeito ao mercado de trabalho: a UE e os Estados-Membros estão empenhados em aumentar a proporção da população adulta no emprego, por exemplo, e a idade da reforma dos trabalhadores activos. Muitos países europeus têm taxas comparativamente baixas de emprego adulto. O Conselho Europeu de Lisboa fixou o objectivo de aumentar a taxa de emprego geral de 64% para 70% da população adulta durante a presente década. Quatro Estados-Membros já atingiram esta última taxa e três outros estão próximos, pelo que o objectivo, embora ambicioso, não é impossível. (Nos EUA, a taxa é actualmente de 72%). O Livro Verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mudanças demográficas”, publicado pela UE em 2005, revela que em 2030 haverá 20,8 milhões de trabalhadores a menos.

Sendo a **taxa de emprego das mulheres** na UE, em média, cerca de 18% mais baixa do que a dos homens, há um objectivo específico na Estratégia de Lisboa de aumentar essa taxa de 55% para 60%. (Na Suécia, cerca de 70% das mulheres trabalham). Este é mais do que um mero desafio económico e político. Tem também uma dimensão moral, de mudança de atitudes. Em alguns países, como, por exemplo, a Alemanha, a Irlanda e a Itália, as mães trabalhadoras são consideradas “más mães”. O mesmo acontece com os pais que utilizam a licença parental e que deparam com obstáculos às suas carreiras e ficam com a imagem de “moles”. Por isso, são cada vez mais necessários novos programas que fomentem o regresso dos pais ao emprego após a licença parental. Fizeram-se alguns progressos neste domínio, em especial nos antigos países comunistas, onde muitas mulheres trabalhavam antes de 1989-90. Na realidade, só as mães trabalhadoras eram consideradas “emancipadas” e gozavam do correspondente reconhecimento social. Actualmente, países com taxas elevadas de emprego feminino, como a França ou a Suécia, têm também elevadas taxas de nascimentos, o que demonstra o desejo das mulheres, em muitos países, de terem uma carreira profissional e uma família. Numa perspectiva política, parece aconselhável configurar o quadro social de uma forma que permita às mulheres serem mães e trabalhadoras ao mesmo tempo.

Igualmente importante é a redução do **desemprego jovem** e a entrada dos jovens na vida de trabalho mais cedo do que actualmente. Do mesmo modo, os trabalhadores mais velhos são incentivados a continuar a trabalhar até mais tarde. Em 1900, o tempo médio que um trabalhador vivia depois da reforma era de pouco

mais de um ano. Em 1980, passara para 13 anos e em 1990 para 19. No futuro, a vida dos reformados prolongar-se-á normalmente por duas ou três décadas.

A Comissão Europeia calcula que a **idade média de reforma** na Europa pode aumentar cinco anos, de forma a que a despesa pública com pensões possa permanecer pelo menos estável, apesar da mutação demográfica. A UE tem um objectivo específico de aumentar a taxa de emprego das pessoas no escalão do 55-64 anos de 39% para 50%. Em vários países, a idade da reforma dos trabalhadores do sector público foi aumentada. Os regimes de reforma antecipada estão a cair em desuso, são introduzidas idades de reforma “flexíveis” e foi quebrada a ligação estrita entre idade de reforma e direito a pensões. Vários Estados-Membros estão a tentar reformar os sistemas de pensões de forma a reduzirem o encargo financeiro para o Estado – em especial, prolongando os períodos contributivos, ligando os valores das pensões aos preços, e não aos rendimentos, e passando dos regimes de “contribuição definida” para os de “benefício definido”. Paralelamente, os cidadãos são encorajados a contribuir para regimes de financiamento, a par dos regimes públicos, e a constituir poupanças, por vezes através de incentivos fiscais. Está ainda a ser promovida uma maior portabilidade das pensões, a fim de facilitar a mobilidade entre empregos. A França, a Polónia, o Reino Unido e a Suécia começaram recentemente a deslocar-se numa ou mais destas direcções.

Outra forma de suprir as carências do mercado de trabalho será a de aproveitar todo o **potencial da força de trabalho imigrante** já presente na Europa, promovendo a educação das famílias imigrantes e melhorando as suas oportunidades. Frequentemente, os pais imigrantes prejudicam involuntariamente os seus filhos por conhecerem mal os sistemas escolares locais. Esta situação é, naturalmente, negativa para as ambições e aspirações desses jovens mas, para a sociedade no seu conjunto, constitui principalmente um problema económico. Dada a diminuição da população em idade activa, é essencial que todos os cidadãos sejam educados e empregados o mais eficazmente possível.

O problema mais fundamental e difícil da Europa é, possivelmente, o das baixas **taxas de natalidade**. Em todo o mundo, há actualmente 21 nascimentos por mil habitantes e por ano; nos Estados Unidos, há 14; na Europa, há 10; e no Japão, apenas 9. O aumento do número médio de nascimentos de 10 para 11 por mil chegaria, pelo menos, para estabilizar a população da Europa, mesmo que não travasse o declínio da população em idade activa. Para evitar este declínio, seria necessário um aumento ainda maior da taxa de nascimentos. Estudos recentes indicam que, por cada década em que a fertilidade se mantiver ao nível actual, a população da UE perderá entre 30 e 40 milhões de pessoas.

Todavia, as baixas taxas de natalidade podem ser interpretadas como a reacção das mulheres às condições económicas e sociais e não resultam necessariamente num “colapso da família” num sentido demográfico e sociológico. Raramente o número de filhos desejado corresponde ao número de crianças efectivamente nascidas numa família. O desejo de ter filhos pode manter-se constante ao longo do tempo, mas nem sempre pode ser satisfeito devido a obstáculos financeiros ou sociais. Em termos de políticas públicas, deve dar-se atenção à eliminação das barreiras sociais e em matéria de emprego que se opõem à natalidade. Os governos estão a procurar medidas que possam ter um efeito directo ou indirecto, ainda que, inevitavelmente, esse efeito na dimensão da força laboral só venha a manifestar-se a mais longo prazo. A “assistência à família” tornou-se

um objectivo político cada vez mais importante em muitos países. A fiscalidade e os sistemas de segurança social podem ser ajustados para compensar as famílias maiores, em vez de se revelarem neutros – os incentivos fiscais aos infantários e a sua criação podem ter igualmente um papel importante. O sucesso da França e de alguns países escandinavos que detiveram o declínio da sua taxa de fertilidade pode ser instrutivo.

OPÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICAS

Para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pela evolução demográfica, os decisores em matéria de políticas europeias terão de:

- estimular taxas de natalidade mais elevadas por meio de incentivos financeiros, de medidas que tornem mais fácil às mulheres trabalhadoras criarem os filhos e do reforço da rede de infantários, bem como do enquadramento jurídico e o estatuto social das famílias;
- aumentar as taxas de participação na força laboral, especialmente das mulheres e jovens, incluindo incentivos ao trabalho a tempo parcial;
- aumentar a idade da reforma e do direito a pensões, desincentivar as reformas antecipadas e combater a discriminação dos idosos nos locais de trabalho;
- aumentar a contribuição financeira dos trabalhadores para as suas pensões e incentivar regimes de poupança e de pensões mais flexíveis;
- promover a maior produtividade dos trabalhadores existentes, para que maiores resultados compensem os efeitos deflacionários da diminuição da população;
- incentivar a adaptabilidade dos trabalhadores, de modo a que estes possuam qualificações que lhes permitam mudar de emprego e de profissão ao longo da sua vida de trabalho.

Em relação à imigração, devem ser avançadas as seguintes propostas:

1. Os países da UE precisam de repensar as suas políticas de imigração, que estão viradas para trabalhadores não qualificados, e de as substituir, pelo menos em parte, por políticas que facilitem a imigração de trabalhadores qualificados. As potenciais vantagens de um sistema de pontos (uma “Carta Azul”, possivelmente segundo o modelo canadiano) que possa ser adaptado aos contextos nacionais ou regionais e à evolução do mercado de trabalho devem ser atentamente ponderadas. Deste modo, as economias dos países da UE beneficiariam de um “afluxo de cérebros”. Uma variante deste sistema, que teria benefícios para os países de origem, seria uma migração circular de profissionais de países em desenvolvimento que fossem formados e empregados em países industrializados durante um período definido, regressando posteriormente aos seus países para aí aplicarem as suas novas competências e experiências.
2. Esta abordagem tem de ser complementada pela ajuda ao desenvolvimento das economias dos países pobres.
3. Devem ser feitos esforços para aumentar as qualificações dos migrantes há muito residentes na Europa e para utilizar as suas potencialidades específicas de multilinguismo e a sua familiaridade com o diálogo intercultural. Devem promover-se programas específicos para fomentar a aquisição

de uma segunda língua e programas de apoio aos imigrantes na escola e na formação profissional. A integração e a educação dos imigrantes podem produzir enormes benefícios para as sociedades de acolhimento, se as suas competências específicas potenciais forem promovidas e utilizadas. Com as suas competências multilíngues e a sua familiaridade com as tradições sociais e culturais dos respectivos países de origem, eles podem ter um papel fundamental na promoção de ligações interculturais, o que é especialmente importante no nosso mundo em vias de globalização.

4. A UE tem de encontrar soluções comuns para os problemas da imigração ilegal, uma vez que as medidas tomadas isoladamente pelos países, como, por exemplo, a legalização de clandestinos, têm repercussões noutros Estados-Membros devido à mobilidade dos trabalhadores no interior da UE.
5. É necessário tomar medidas que tornem a Europa mais atractiva em comparação com o resto do mundo, a fim de atrair e conservar trabalhadores qualificados e inverter a fuga de cérebros. Estas políticas podem incluir, por exemplo, uma maior facilidade de circulação dos trabalhadores qualificados através das fronteiras europeias, por meio de um visto especial para investigadores na Europa.
6. Uma política de imigração específica não é suficiente para fazer face a todas as questões da imigração. Tem de ser acompanhada de uma política de integração que inclua, por exemplo, cursos obrigatórios da língua, cultura e história do país de acolhimento.
7. Os problemas específicos da integração dos imigrantes e da “segunda geração” (filhos de imigrantes) em vários Estados-Membros têm de merecer maior atenção, no interesse tanto dos imigrantes como das populações nativas. Neste processo, a educação é essencial. Os planos curriculares das escolas, por exemplo, devem servir para reunir comunidades, não para as separar. Tal como a mobilidade social, este é um instrumento fundamental para a integração.

Terrorismo e Segurança

ANÁLISE

A situação de segurança no Ocidente pode enfrentar ameaças tradicionais renovadas no futuro. Mas uma frente que constitui já um grande desafio é a do jihadismo. Esta não é a única ameaça terrorista, mas é a mais letal e a que tem objectivos mais ambiciosos.

A democracia liberal passou a ser atacada em todo o mundo por um inimigo amorfo e indefinível. Este não é um “choque de civilizações” – começou como um conflito interno ao mundo muçulmano –, mas um choque entre o mundo civilizado e o jihadismo bárbaro. Os jihadistas atacam todos os que, independentemente da religião, acreditam no Estado de direito, nos direitos humanos, no pluralismo e no governo democrático. Rejeitam os próprios fundamentos da democracia, alegando que qualquer sistema de governo baseado na vontade do povo, e não na vontade de Deus, convenientemente mediada por eles próprios, é blasfemo. Esta não é tanto uma “guerra contra o terror”, mas uma guerra de ideias: uma batalha pela democracia. A escala do desafio não pode ser subestimada; é uma batalha que não pode ser ganha por meio de algumas concessões. Enquanto os grupos terroristas tradicionais eram criados para chamar a atenção para as suas causas e as suas queixas, para forçar os governos a negociarem e obter concessões, os jihadistas tem outro objectivo, como afirmou Hussein Massawi, do Hezbollah, em 2003: *“Não lutamos para que nos façam concessões. Lutamos para vos eliminar.”*

Jihadismo

Inicialmente, era um conflito interno na sociedade muçulmana. Os extremistas rejeitavam a modernização das suas comunidades e a adopção daquilo que entendiam ser práticas sociais, económicas e políticas “ocidentais”. No seu começo, este debate entre “islamistas” e a generalidade dos muçulmanos era de natureza académica. Mas os islamistas tornaram-se cada vez mais militantes e violentos, criaram organizações, desenvolveram redes e recrutaram conversos para subverter o mundo islâmico. Os muçulmanos que consideravam “ocidentalizados” ou que apoiavam a democracia eram denunciados como traidores à fé.

Os jihadistas abriram agora uma segunda frente, atacando todo o ocidente para enfraquecer os seus opositores, reforçar as suas próprias campanhas e iniciar a fase seguinte da sua luta pela supremacia global. Podem lutar para expulsar os soldados americanos do Iraque – ou, anteriormente, da Arábia Saudita – e para criar um Estado palestino e se opor a Israel. Mas, para os jihadistas, estas são apenas causas que podem ser manipuladas para justificar as suas acções e motivar os seus apoiantes. Procuram combater ou desacreditar os que tentam estabelecer Estados viáveis no mundo muçulmano, como no Iraque ou no Afeganistão, porque o seu objectivo a longo prazo é a unificação de todos os muçulmanos num Estado fundamentalista, a sua interpretação de um novo “califado”, como um passo decisivo rumo à dominação do mundo com base no seu conceito de lei religiosa – a “sharia” - e num governo teocrático.

É difícil sobrestimar as ambições do seu desafio ao mundo democrático. Esta guerra de ideias “está em curso e tornou-se o quadro dominante do século XXI”⁵.

O novo armamento: os modernos instrumentos de comunicação

Esta ameaça é de uma natureza nova. Tal como nas lutas contra o nazismo e o comunismo, a escala da ameaça é global, mas, no caso do terrorismo, os métodos são locais, imprevisíveis e aterradores. Procura atacar o mundo democrático utilizando como armas as liberdades e riquezas deste, transformando assim as suas forças em fraquezas. A democracia de mercado livre do século XXI criou riqueza e deu poder às pessoas, abriu fontes de informação e criou novos sistemas de comunicação, facilitando as viagens, as redes internacionais e a mobilidade de estudantes numa escala sem precedentes. Nos próximos vinte anos, estas tendências continuarão a crescer exponencialmente. Esta evolução criou um novo tipo de inimigo, que abusa da liberdade de acesso à informação e da facilidade de comunicação e de deslocação.

A nova ameaça reflecte a diversidade da era da Internet. A democracia está a ser atacada através de uma “ciber-mobilização” – uma “mobilização geral electrónica”⁶ – que convoca potenciais recrutas inimigos em todo o mundo. Os recursos necessários para exercer a liderança global dessa campanha são poucos: um videograador e acesso à Internet podem fazer de qualquer discurso e de qualquer atrocidade, rapto ou assassinato uma arma no arsenal do jihadista. Este é o lado negro da revolução TI. Como disse David Kilcullen, o especialista australiano de luta anti-terrorista, sobre Osama Bin Laden: "Se não tivesse acesso à comunicação global, às comunicações por satélite e à Internet, ele seria apenas um tipo excêntrico enfiado numa gruta”.

As suas tácticas procuram debilitar e depois destruir a superioridade moral das democracias: tentam forçá-las a renunciar ao Estado de direito para defender a lei, a recorrer à prisão sem julgamento para proteger a liberdade, a utilizar a tortura para prevenir a violência, a matar o inocente para proteger o indivíduo e a impor medidas de segurança cada vez mais gravosas em detrimento da liberdade. Criam a suspeita e o receio mútuos no interior das comunidades, gerando mais tensões que podem continuar a explorar. Em vez de as desafiar para um combate frente a frente, este inimigo amorfo prefere provocar as democracias para as levar à hipocrisia, a tomarem medidas que alienarão as opiniões moderadas em regiões fundamentais e porão em causa o apoio interno. Acreditam que os seus sucessos lhes granjearão conversos entre aqueles que tenham alguma razão de queixa – legítima ou não – ao mesmo tempo que abalam a determinação dos cidadãos.

Estes inimigos da democracia têm novos instrumentos à sua disposição, assentes numa ideologia virulenta e radical, com muitos recrutas potenciais em todo o mundo.

As principais ameaças terroristas

⁵ Phares, Walid, *The War of Ideas* [“A guerra de ideias”], Palgrave Macmillan 2007

⁶ Cronin, Audrey, *Cyber-Mobilization: the New Levée en Masse* [“Ciber-mobilização: a nova mobilização geral”], http://ccw.politics.ox.ac.uk/publications/cronin_parameters.pdf

Como contribuição para o futuro debate, podemos identificar quatro componentes desta coligação de descontentes:

- Em primeiro lugar, temos os Estados que são hostis aos valores democráticos. Actualmente, dois dos principais adversários são o Irão e a Síria. Até agora, têm geralmente evitado desafiar o Ocidente de forma directa. Os seus interesses giram em torno de crises locais ou regionais e visam a projecção do seu poder na sua vizinhança imediata. Oferecem, portanto, cobertura a grupos específicos em regiões voláteis como a Palestina e o Líbano, transformando uma fonte de tensão regional numa preocupação global. A recente militância do Irão relativamente à capacidade nuclear pode representar uma direcção nova. Embora não seja possível prever com segurança como o Irão ou a Síria evoluirão nos próximos vinte anos, é provável que estes ou Estados semelhantes – alguns teocráticos, outros autoritários embora seculares – continuarão a constituir uma ameaça.
- Grupos altamente organizados, muitas vezes financiados indirectamente pelos consumidores ocidentais através do pagamento do petróleo, criaram escolas para extremistas e campos de treino para terroristas e dotaram-se dos meios para atacar alvos ocidentais. As madrassas financiadas pelos wahibistas têm constituído incubadoras de terroristas, especialmente no Paquistão, mas também na Europa. Adestram potenciais recrutas para depois os canalizar para as suas redes.
- Estes grupos organizados têm conseguido aumentar o seu poder e alargar o seu raio de acção, criando redes ligadas ao seu núcleo duro. Grupos isolados com diferentes motivações e objectivos têm vindo a interligar-se por intermédio da Internet e das viagens baratas, partilhando recursos e conhecimentos.
- Para além destas redes, outros que se sentem alienados lançam campanhas por conta própria contra alvos locais, com meios artesanais, tudo em nome de uma causa mais vasta.

Não existe uma receita mágica para enfrentar o terrorismo. Como o demonstram muitos exemplos em todo o mundo, desde o Peru à Irlanda do Norte, é necessário reunir muitos factores para organizar uma resistência eficaz ao terrorismo e, por fim, eliminar a ameaça terrorista:

- uma forte determinação política;
- uma opinião pública firmemente decidida a resistir a esta ameaça à democracia;
- medidas anti-terroristas cada vez mais sofisticadas e subtis;
- a redução de quaisquer razões de queixa legítimas;
- a marginalização da causa terrorista.

Algumas tendências parecem claras. Embora as acções desenvolvidas até agora pareçam ter colocado as organizações terroristas na defensiva, a ameaça terrorista não vai desaparecer de imediato e a Europa tem de estar preparada para o próximo ataque. Aparentemente, a ameaça está a tornar-se cada vez mais

descentralizada e "espontânea". O maior receio é o de que os terroristas adquiram agentes biológicos ou material nuclear que lhes permitam fazer subir o terrorismo a um novo patamar ⁷.

⁷ National Intelligence Council, *'Mapping the Global Future: Report of the National Intelligence Council's 2020 Project'* ["Uma cartografia do futuro global: relatório do Projecto 2020 do National Intelligence Council"], 2004

OPÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICAS

Ao nível macroscópico, para enfrentar esta “sublevação global” na guerra das ideias, as democracias podem ter de se preparar para uma “longa guerra” de natureza não convencional, explorando capacidades anti-terroristas e de combate à insurreição, em conjugação com esforços militares de estabilização e reconstrução. Devem ser tomadas desde já medidas que abalem os fundamentos ideológicos da ameaça terrorista e degradem a sua capacidade de actuar com qualquer impacto. Se forem eficazes, estas acções podem ser suficientes para assegurar que, em 2025, a ameaça tenha sido reduzida a um nível insignificante.

Não obstante, a chave do sucesso da luta contra a sublevação global pode consistir em desagregar o ataque, enfrentando-o em diferentes teatros de operações e de diferentes maneiras, eliminando as razões de queixa legítimas e desenvolvendo Estados baseados no direito, capazes de proporcionar benefícios aos seus cidadãos e de estabelecer instituições democráticas. Esta estratégia de desagregação deverá, essencialmente, “impedir ligações entre os diferentes teatros, não permitir aos actores regionais e globais que se liguem e explorem actores locais, interromper os fluxos entre e no interior dos teatros da *jihad*, não permitir a existência de “santuários”, isolar os islamistas das populações locais e impedir o acesso às fontes do islamismo no grande Médio Oriente”⁸.

Contexto interno

Todos os europeus têm de estar conscientes da importância da luta pelos seus valores e da forma como estes têm de ser defendidos contra todas as ameaças terroristas. É essencial uma cooperação estreita entre os seus governos, com base nesta consciência comum.

Um desafio fundamental para as sociedades democráticas europeias será a **integração** política e económica dos grupos sociais que actualmente se sentem excluídos e ressentidos. Terão de ser tomadas medidas para fomentar o diálogo intercultural, reforçar a posição dos moderados, que são a generalidade dos muçulmanos, e isolar os extremistas. Ao mesmo tempo, os governos ocidentais têm de mostrar que as políticas de integração e de compreensão cultural são sinais de força e não de fraqueza. Deve estar fora de questão, por exemplo, tolerar práticas, que alguns dizem ser impostas pela “lei da sharia”, em partes das nossas cidades, que sejam contrárias aos valores tradicionais. É necessária muito mais investigação para determinar as causas das tendências extremistas entre alguns sectores da população muçulmana.

Estes esforços terão de ser redobrados, porque existe o risco de o terrorismo gerar uma reacção – tal como os terroristas, sem dúvida, pretendem – e conduzir a uma maior intolerância.⁹ Até agora, as sociedades ocidentais, no seu conjunto, têm demonstrado uma considerável maturidade política na sua reacção às atrocidades terroristas, e estas têm tido impactos mínimos nas relações entre comunidades. Mas existe o risco de, a longo prazo, as campanhas terroristas irem degradando esta situação.

⁸ Kilcullen, David, '*Countering Global Insurgency*' [“O combate à insurreição global”], p. 46; <http://smallwarsjournal.com/documents/kilcullen.pdf>

⁹ Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, '*The New Global Puzzle: What World for the EU in 2025*' [“O novo quebra-cabeças global: Que mundo para a UE em 2025?”], 2006

Haverá pressões para que sejam tomadas medidas de restrição das liberdades, e surgirão maiores tensões, talvez ampliadas por uma população em envelhecimento e por alterações económicas que geram receio e insegurança. Será necessária uma liderança que **equilibre quaisquer novas medidas de segurança que se revelem necessárias com o compromisso com os valores democráticos e a liberdade individual**. Em princípio, não existe um conflito entre boa segurança e liberdade individual. Os governos ocidentais não podem deixar-se provocar pelos terroristas a tomar medidas que acabem por alimentar as causas subjacentes ao terrorismo. Há um debate importante a travar sobre o papel da regulação e a forma como esta pode limitar o abuso das novas tecnologias. São necessários mais esforços para tornar a Internet um ambiente seguro e bem regulado.

Como o demonstra a experiência da Irlanda do Norte, entre outras, os serviços de segurança têm de investir fortemente na **informação**, infiltrando as redes terroristas para desarticular e combater as iniciativas terroristas. Uma vez que o terrorismo jihadista é mais descentralizado do que muitas ameaças terroristas anteriores, isto exigirá esforços e recursos consideráveis. As agências nacionais de informação e segurança dos Estados-Membros têm de cooperar mais efectivamente neste domínio e tem de ser dado apoio financeiro e político aos responsáveis pela condução deste esforço. Essas agências devem estar vigilantes contra as infiltrações. Seguir o percurso do dinheiro, assim como o das pessoas, é um meio fundamental de uma política anti-terror efectiva. Deve ser igualmente dada muita atenção às suspeitas de que as redes terroristas jihadistas estejam a procurar ligações a grupos terroristas europeus existentes e ao submundo da criminalidade para potenciar o impacto das suas acções.

Tem de ser reforçada a **segurança das infra-estruturas essenciais**. As sofisticadas economias ocidentais estão muito dependentes de grandes infra-estruturas para a satisfação das suas necessidades básicas em energia, água e alimentação. Estes modelos de redes e de distribuição têm de ser revistos e melhorados, a fim de assegurar a sua fiabilidade e a sua capacidade de resistência a ataques concentrados.

Um problema potencial da chamada “guerra ao terror” parece ser o da perda de apoio da opinião pública. Lançado como reacção a uma atrocidade específica, este combate contou inicialmente com um **apoio público** generalizado, mas os seus objectivos tornaram-se cada vez mais indefinidos aos olhos da opinião pública. Trata-se de derrotar a Al-Qaeda? Então, para quê a guerra no Iraque? E os outros teatros de operações? O Afeganistão? A Somália? Se os governos ocidentais quiserem manter o apoio público a uma luta que tem profundas repercussões nos recursos e, em última instância, na vida humana, é necessário fazer mais para explicar a natureza da ameaça e o facto de esta ser uma “batalha pela democracia”. É necessária capacidade de liderança política para resistir aos adeptos do apaziguamento e aos que têm memória curta e se pronunciam frequentemente nos meios de comunicação social.

Contexto internacional

Ao seguir uma política de **desagregação** com vista a romper as redes jihadistas, é necessário dirigir esforços para a eliminação de razões de queixa legítimas, de modo a isolar os extremistas dentro das suas próprias comunidades, a cortar os fluxos de recrutamento e financiamento, a limitar o apoio logístico dado pela

comunidades de acolhimento e a reforçar a posição da liderança muçulmana moderada. Este é um domínio fundamental, que torna indispensável uma estreita parceria transatlântica. Tem sido sugerido que se devem aplicar em acções políticas, económicas e psicológicas recursos consideravelmente maiores do que em intervenções armadas, embora os Estados europeus invistam muito pouco na defesa tradicional.

Palestina e Israel: O Ocidente tem de insistir no esforço de procura de um acordo entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestiniana, incluindo a criação de um Estado palestino, como está previsto, com elevado grau de prioridade, no Roteiro do Quarteto. Um Estado palestino viável, com legitimidade interna e externa suficiente para minimizar este conflito histórico como causa de hostilidade, é hoje de interesse vital para a Europa e para os Estados Unidos. É importante realçar que os jihadistas não se apaziguarão com um acordo – rejeitarão, seguramente, qualquer acordo –, mas este será um contributo importante para os isolar da generalidade da opinião pública muçulmana.

Iraque: Se se criar a percepção de que a coligação foi derrotada no Iraque, os interesses a longo prazo do Ocidente sofrerão um rude golpe. Apesar dos grandes erros cometidos pela coligação nos momentos decisivos que se seguiram à invasão, tem de haver vontade política para manter o rumo. Os custos de continuar a luta serão elevados, em termos financeiros e, o que é mais importante, em termos de vidas humanas. Mas esta batalha tem uma importância vital na luta mais vasta pela democracia. A determinação dos iraquianos moderados e dos seus aliados ocidentais deve ser suficientemente forte para resistir aos radicais e para desenvolver um Estado democrático viável no Iraque. É importante traçar um paralelo com a invasão soviética do Afeganistão. Os jihadistas acreditam que derrotaram a União Soviética no Afeganistão e que, em consequência, derrubaram o bloco soviético. Não se lhes pode oferecer uma “vitória” semelhante no Iraque.

Afeganistão: Esta é outra batalha que não pode ser perdida. A ameaça dos talibã está a ser contida e a situação é muito diferente da do Iraque. Mas a população civil precisa de ver os benefícios económicos e sociais da nova situação para se sentir motivada a continuar a secundar o apoio ocidental ao seu novo Governo democrático.

Médio Oriente: O Ocidente tem de dar prioridade à evolução de Estados fortes, baseados no primado da lei e no governo constitucional, que protejam os direitos humanos e facilitem o desenvolvimento económico. Em seguida, devem ser encorajadas reformas que alarguem a base do governo democrático. Existem riscos. Governos moderados mas não democráticos podem ser ameaçados pelos radicais, mas a ameaça pode ser enfrentada agora de forma pró-activa ou deixada a ulcerar, para causar problemas ainda maiores no futuro. O Ocidente tem de incentivar o desenvolvimento económico e as políticas que reduzam o desemprego, especialmente entre os jovens. Não existe uma relação directa entre pobreza e terrorismo – pelo contrário, muitos terroristas provêm de meios abastados – mas a falta de progresso económico contribui para um sentimento de alienação. As nações do Médio Oriente devem ser ajudadas, sempre que possível, a participar plenamente no processo de globalização. É preciso desenvolver políticas de diálogo que estimulem o desenvolvimento de uma “democracia islâmica”, seguindo o exemplo da “democracia cristã”, conciliando as crenças religiosas com os princípios democráticos e promovendo a aceitação por parte dos círculos religiosos do governo constitucional e do respeito pelos direitos dos outros, contrariando a ideia de que a democracia é

uma imposição do Ocidente decadente. Este diálogo exige um grande investimento dos recursos necessários. Poucos países do Médio Oriente estão ligados a redes que promovam a democracia e a boa governação, como a Commonwealth. Nem no Médio Oriente nem no Mediterrâneo existe um equivalente ao Conselho da Europa para promover os direitos humanos.

Norte de África: Vizinha próxima da União, esta região é de grande importância para a segurança da Europa. Ao desenvolver programas de cooperação económica e intercâmbio político, a União tem de dar prioridade às relações em torno do Mediterrâneo.

A restante comunidade islâmica: Um objectivo fundamental deve ser o apoio a outros Estados com grandes populações muçulmanas, como o Paquistão, a Indonésia e as nações da Ásia Central, para que possam seguir o exemplo de países como a Índia e a Malásia, desenvolvendo governos relativamente estáveis e liberais, com crescente prosperidade económica.

O resto do mundo: Grande parte da Ásia está a desenvolver economias de mercado dinâmicas, a juntar-se à rede de comércio global e a aproximar-se dos níveis ocidentais de prosperidade económica. E o resto do mundo? Partes da África Oriental, por exemplo, já serviram de base a operações da Al-Qaeda. Os pacotes de comércio e ajuda que visam promover o desenvolvimento económico não valem só pelos benefícios imediatos que levam às populações locais. São igualmente do interesse dos valores democráticos ocidentais e mundiais, pelo que é necessário que haja vontade política e uma mobilização de recursos coerente com a sua importância na batalha pela democracia.

Energia e Ambiente

ANÁLISE

Alterações climáticas

O ambiente está a mudar. Muitas regiões do mundo estão a conhecer temperaturas mais extremas e condições meteorológicas mais erráticas, que conduzem a cheias ou secas catastróficas. As superfícies geladas estão em regressão, os glaciares derretem e os desertos crescem. O mundo conheceu ao longo da história grandes variações meteorológicas. A Europa, por exemplo, conheceu uma “pequena idade do gelo” entre 1500 e 1850, que se seguiu ao “período de calor medieval”. O que torna diferente o período actual é a velocidade da mudança e a convicção generalizada de que as suas causas não são naturais.

O consenso emergente é que a actual fase de alterações climáticas é causada pelo aquecimento global, devido, principalmente, a uma acumulação sem precedentes de CO₂ na atmosfera terrestre, o qual constitui um subproduto do nosso modelo de crescimento económico e do modo de vida moderno baseado no consumo de energia de combustíveis fósseis. Consequentemente, é provável que até 2025 o nosso ambiente global continue a deteriorar-se e que as questões do ambiente e da energia tenham um peso decisivo nas decisões políticas.

Ao ritmo actual, prevê-se que a globalização gere nos próximos vinte anos um crescimento de cerca de 60% da procura e do consumo de combustíveis fósseis. Haverá na Terra um substancial aumento das emissões de gases com efeito de estufa, e as alterações climáticas serão cada vez mais perceptíveis. Segundo a maioria dos analistas, os efeitos do aquecimento global, actualmente bastante limitados, só começarão a ser claramente sentidos no final do período em apreço, isto é, entre 2025 e 2030, e manifestar-se-ão das seguintes formas: um aumento da temperatura na superfície da Terra entre 0,4° C e 1,1° C em 1025, a aceleração do degelo, a subida do nível, o aquecimento e a acidificação dos oceanos, um aumento da precipitação, catástrofes naturais mais frequentes (ciclones, tufões, ondas de calor, cheias, etc.) e uma crescente escassez de água potável, juntamente com a emergência de novas ameaças de pandemias. As consequências para os períodos vegetativos e para o rendimento das culturas serão graves. O Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas¹⁰ afirma que mais de 50% das alterações de temperatura registadas até agora foram muito provavelmente causados pela actividade humana que gera concentrações de gases com efeito de estufa¹¹.

Há, naturalmente, opiniões divergentes. O IPCC foi criticado pela metodologia utilizada tanto nas suas projecções das tendências actuais como na análise das temperaturas globais do passado, com base em registos limitados e em dados biológicos susceptíveis de diferentes interpretações. Houve, por exemplo, uma controvérsia em torno de um gráfico simplificado do relatório de 2001 do IPCC que sugeria que as temperaturas globais tinham sido estáveis entre 1000 e 1900, antes de começarem a aumentar rapidamente¹².

¹⁰ O Painel Intergovernamental sobre as alterações climáticas (IPCC) foi criado em 1988 por duas organizações da ONU, a Organização Meteorológica Mundial (WMO) e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), com o objectivo de avaliar o risco de alterações climáticas.

¹¹ IPCC, Quarto relatório de avaliação: alterações climáticas 2007.

¹² Igualmente citado como a “reconstrução MBH98” de Mann, Bradley e Hughes.

Vários cientistas (principalmente climatologistas especializados na formação das nuvens, a principal determinante da evolução do tempo) põem hoje abertamente em causa os pressupostos do IPCC, que estão na base das actuais políticas e ideias em matéria de aquecimento global. Não negam o facto de as temperaturas poderem ter subido nos últimos 20 a 25 anos, mas questionam as conclusões a longo prazo assentes em observações do passado. Estão a ser desenvolvidos novos modelos climáticos que reduzem consideravelmente a responsabilidade das emissões de CO₂ e das actividades humanas nas recentes tendências de aquecimento, dando, por exemplo, maior relevo ao possível papel desempenhado por fenómenos naturais como o ciclo de actividade solar.

A dificuldade da formulação de políticas públicas reside no facto de uma resposta definitiva a estas questões poder ser demasiado tardia para permitir a tomada de qualquer medida correctiva. No entanto, a tese de que a maior causa das alterações climáticas é a actividade humana é agora generalizadamente aceite, e a opinião pública exige, cada vez mais, uma acção urgente. Os governos têm de decidir, com base num cálculo de probabilidades e numa avaliação de riscos, se são necessárias alterações profundas das políticas oficiais. É evidente que, se não se vier a comprovar que as alterações climáticas se devem à acção do homem, essas iniciativas políticas podem, na pior das hipóteses, reduzir o PIB mundial e afectar a inovação tecnológica. Porém, se elas forem devidas à acção humana, a ausência de medidas terá resultados catastróficos.

Energia

Actualmente, os Estados-Membros da UE consomem menos 45% de energia do que consumiam em 1973 para obter a mesma unidade de produção económica. No entanto, em termos absolutos, a procura de energia continua a aumentar, tendo o consumo de energia primária na UE-25 crescido 41% entre 1971 e 2003. Prevê-se que o consumo global de energia fóssil aumente 60% nos próximos 20 anos. Dois terços deste crescimento terão origem nos países asiáticos, especialmente na China e na Índia. O petróleo continuará a ser a fonte de combustível mais procurada, enquanto o consumo de gás natural deverá aumentar 87% até 2030. Consequentemente, a Europa enfrenta uma concorrência crescente na procura de recursos limitados, sendo já o maior importador mundial de petróleo e gás natural.

Os meios de comunicação social gostam de chamar a atenção para o risco de as reservas fósseis se esgotarem antes do fim do presente século. Calcula-se, por exemplo, que as reservas de gás natural durem apenas 60 anos. Estas previsões são sempre irrealistas e pouco fiáveis (recorde-se as previsões de “crescimento zero” da década de 1970). A maioria destes cálculos subestimam o papel dos preços relativos e da inovação induzida para assegurar um fluxo sustentável e adequado de recursos. Existem, por exemplo, reservas consideráveis de carvão – três vezes mais do que de petróleo e gás, em termos de potência energética – as quais, a preços apropriados, podem ser utilizadas para satisfazer as necessidades de energia. É razoável prever que, mesmo muito para além de 2025, não haverá um verdadeiro problema de reservas de energia.

Isto não significa que não possa haver problemas com o adequado aprovisionamento energético do mercado e com acentuadas subidas dos preços. A médio prazo, existe o risco de as infra-estruturas necessárias para extrair, transportar e refinar as reservas de energia serem insuficientes para satisfazer a procura. Muitos dos

países produtores de petróleo têm governos mais interessados em maximizar os lucros a curto prazo do que em desenvolver as suas economias a longo prazo. Além disso, alguns países produtores de petróleo, como a Venezuela, a Rússia e o Iraque, e por razões muito diferentes, seguem políticas ou defrontam-se com problemas internos que levam os investidores comerciais a afastar-se.

Segundo a Agência Internacional da Energia, o investimento necessário à escala global será da ordem dos 20 000 mil milhões de dólares. Este terá de ser financiado principalmente por investimentos privados, pelo que o sector privado terá de estar na linha da frente na resolução dos problemas da segurança energética e das alterações climáticas. Os governos terão de assegurar um enquadramento que incentive os investimentos na direcção apropriada.

Para a UE, há que acrescentar ainda o grande problema que advirá da sua crescente dependência de fontes de energia externas. O rácio de dependência desceu de 62% em 1975 para 48% actualmente, mas prevê-se que venha a crescer se novo para 70% até 2030.

A este problema junta-se o facto de os principais produtores de petróleo e as regiões de trânsito de que a Europa depende para as suas importações se situarem em zonas de grande instabilidade política. Não se pode, portanto, excluir a possibilidade de cortes pontuais do aprovisionamento e altas de preços, em consequência de perturbações políticas regionais ou de falta de modernização ou de manutenção das infra-estruturas locais.

OPÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICAS

Alterações climáticas

Há, portanto, duas maneiras de responder ao desafio. A mais radical é tentar pôr termo às alterações climáticas. Fundamentalmente, é esta a opção adoptada em Quioto. Seriam estabelecidas quotas máximas de emissões para as actividades poluentes, de forma a que as concentrações de CO₂ abrandassem, se detivessem e, por fim, se invertessem. Seriam impostos regulamentos que induzissem as indústrias e as famílias a adoptar novos modelos de produção e consumo de forma a permitir uma maior utilização de tecnologias de energia limpas. Os governos interviriam no mercado, através dos impostos, fixando preços que desencorajassem a utilização de combustíveis fósseis e incentivassem o desenvolvimento de fontes de energia renováveis. A produção de electricidade teria de deixar de utilizar combustíveis fósseis, recorrendo a alternativas livres de carbono, como a nuclear ou as chamadas fontes de energia sustentáveis.

Uma política alternativa e potencialmente mais eficaz a longo prazo é a “estratégia de adaptação”, baseada no conceito de que a solução para os desafios das alterações climáticas será de natureza tecnológica. São necessários investigação e investimento para encontrar novas tecnologias que melhorem a forma como nós, no Ocidente, e os nossos vizinhos, em todo o mundo, convivemos com o nosso ambiente. Por outras palavras, a estratégia mais promissora consiste não em atacar as fontes do crescimento económico, mas em capitalizar a sociedade do conhecimento à qual a globalização está a dar lugar.

Existe aqui o risco de que qualquer progresso alcançado num país ou continente, com custos económicos

potencialmente elevados, possa ser anulado por actividades de outros que não sigam uma estratégia semelhante. A China, por exemplo, tenciona instalar mais de 500 novas centrais eléctricas a carvão¹³, o que rapidamente anularia qualquer progresso feito na União Europeia. Em alguns quadrantes, receia-se que este tipo de política não dê os resultados prometidos, e existe o risco de uma histeria ideológica nos conduzir a tais condicionalismos regulamentares e em matéria de preços que destruam os verdadeiros incentivos de mercado nos quais assentam o investimento e o progresso tecnológico e, desta forma, a nossa capacidade de assegurar elevados níveis de vida e uma eficiência e sustentabilidade energética crescentes. Além de que se trata de um caso de liderança global. Sendo pioneira em acções correctivas, a União Europeia está numa posição mais forte para mudar os termos do debate global e para incentivar outros a seguir o seu exemplo.

Será necessária uma política de acompanhamento e adaptação contínuos, à medida que os dados se tornarem mais precisos e os modelos se aperfeiçoarem. A cooperação internacional é essencial para coordenar a abordagem a um nível global e para partilhar informação sobre as tendências emergentes.

Energia

A médio prazo, a única tecnologia comprovada que pode ter um impacto significativo na produção energética é a energia nuclear. Soluções alternativas como os geradores eólicos e os biocombustíveis apenas podem dar um pequeno contributo para a crescente procura de energia. Podem ser suplementos úteis apenas a nível local. As interdições ao desenvolvimento da energia nuclear deverão, portanto, ser levantadas. O desafio fundamental consiste em reconstruir o consenso popular em torno da energia nuclear. A longo prazo, a solução pode residir na tecnologia das pilhas de hidrogénio, que permitirá a transição para um regime de energia totalmente renovável, baseado na capacidade de quase todos satisfazerem as suas necessidades de energia e de partilharem a sua electricidade com muitos outros. A tecnologia do hidrogénio tem potencialidades para acabar com a dependência mundial de petróleo importado, para reduzir drasticamente as emissões de dióxido de carbono e para mitigar os efeitos do aquecimento global. A primeira região industrial importante a dominar todo o seu potencial marcará o ritmo do desenvolvimento económico para o resto do século. No entanto, e não obstante importantes avanços industriais recentes, esta tecnologia está ainda longe de estar disponível a preços comportáveis.

A opinião dominante entre a maior parte dos peritos, profissionais e decisores políticos é a de que o processo do mercado, por si só, será demasiado lento para resolver os potenciais problemas energéticos da Europa e para assegurar uma transição suave para uma futura era pós-petróleo. Ainda que as forças do mercado exerçam uma pressão constante na direcção certa, considerando a urgência, pensa-se geralmente que os mercados não o conseguirão fazer por si sós e que os governos terão de intervir para apontar o rumo e conceder fortes apoios à indústria com vista ao investimento. Por exemplo, deve ser seriamente considerada a possibilidade de aumentar a tributação sobre práticas e actividades destruidoras do ambiente, servindo as respectivas receitas para ajudar a subsidiar a transição para energias renováveis (“*tax shifting*“, ou “transição pela tributação”). A União Europeia e os seus Estados-Membros devem conceder generosos créditos e incentivos fiscais à indústria, às pequenas empresas, às regiões e municípios, assim como aos proprietários de

¹³ Susan Watts, BBC Newsnight Science Editor, 2005. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/newsnight/4330469.stm>

casas e aos consumidores, para estimular a investigação e desenvolvimento e a rápida adopção das tecnologias associadas às energias renováveis e às pilhas de hidrogénio.

O risco desta abordagem, porém, é o de que o envolvimento directo dos governos acabe por conduzir as opções energéticas europeias a becos tecnológicos (como aconteceu, por exemplo, com o famoso Minitel, em França). A história está repleta de exemplos que mostram que os regulamentos industriais e os subsídios dos governos acabam por atrasar o processo de adaptação e inovação que deveriam acelerar. A europeização da política industrial não lhe dará necessariamente maiores possibilidades de sucesso.

Perspectivando 2025, vemos sobretudo boas razões para optimismo. A extraordinária emergência da sociedade digital permite-nos imaginar possibilidades futuras com que, há não muito tempo, ninguém sonharia sequer. Por exemplo, em conjugação com a revolução do hidrogénio e das pilhas de combustível, a sociedade digital torna agora tecnicamente viável a emergência gradual de todo um paradigma energético radicalmente novo, baseado em grande parte numa teia complexa de produção descentralizada e em redes de intercâmbio de energia limpa, funcionando segundo processos não muito diferentes daqueles que, na área das telecomunicações, deram origem à Internet.

O grande desafio para a UE nas próximas duas décadas será o de fomentar o espírito competitivo e o ambiente desregulado que, juntamente com melhor educação e melhores qualificações, colocarão os europeus entre os primeiros a poder aproveitar plenamente estas novas possibilidades tecnológicas.

Em qualquer caso, sejam quais forem as escolhas finais, e mesmo que as previsões mais pessimistas em relação às alterações climáticas se revelem infundadas, as nossas actuais preocupações em matéria de ambiente e energia marcarão fortemente a imagem de 2025. É provável que a sociedade em 2025 se baseie numa sólida ética ambiental, com o devido enfoque nos aspectos de disciplina ecológica e desenvolvimento sustentável.

IV. IMPLICAÇÕES PARA A UNIÃO EUROPEIA

Governança europeia: valores, identidade e fronteiras

ANÁLISE

À luz dos capítulos anteriores sobre os desafios que se anunciam, é espantosa a rapidez com que o mundo se está a abrir a uma era de esforço totalmente nova. A União Europeia não precisa apenas de capacidade para agir. Isto porque, se a União não for capaz de funcionar eficientemente, pouco importa que tenha ou não as políticas apropriadas. A governança da União tem pois, necessariamente, uma importância decisiva. A questão que se põe não é só a de saber qual é a verdadeira natureza dos valores e da identidade da Europa, mas também a de saber quais são as suas fronteiras. Assim, são pertinentes as seguintes dimensões:

- os fundamentos dos valores e da identidade comuns da Europa;
- o sistema institucional da União;
- a necessidade de uma administração eficiente e responsável;
- os limites das fronteiras da União.

Os fundamentos dos valores e da identidade comuns da Europa

O fundamento da governança europeia é a necessidade de valores comuns e de uma mesma visão da Europa e do seu lugar no mundo. Nenhuma construção institucional ou aperfeiçoamento administrativo serão capazes de compensar a falta de consenso sobre os princípios fundamentais. Esta herança cultural modela a concepção que todos os povos europeus têm do valor da dignidade humana, da liberdade, do pluralismo, do respeito dos direitos humanos, do Estado de direito, da justiça, da tolerância, da protecção das minorias e do papel dos governos. Como refere a declaração de Roma do PPE,

"As raízes judaico-cristãs e o património cultural comum, assim como a história clássica e humanista da Europa e as realizações da Idade das Luzes, são o fundamento da nossa plataforma política".¹⁴

A discussão sobre a identidade e os valores da Europa não pode conduzir a uma posição estática e definitiva, porque é uma tarefa contínua, um processo aberto, no qual os membros da sociedade europeia acordam numa percepção comum de si próprios e dos outros. Partilhando cultura e adquirindo uma visão mais profunda de como outros entendem o mundo, podemos desmontar os nossos preconceitos, abrir a nossa mente e desenvolver sinergias para uma melhor cooperação.

¹⁴ 'For a Europe of the Citizens: Priorities for a Better Future' ["Por uma Europa dos cidadãos: Prioridades para um futuro melhor"], ("Manifesto de Roma") aprovado pelo Congresso do PPE em Roma, 30-31 de Março de 2006.
http://www.epp.eu/dbimages/pdf/encondoc310306final_copy_1_copy_1.pdf

Valores: O nosso sistema europeu de valores assenta em quatro raízes fundamentais:

- O sistema político da Grécia antiga introduziu a ideia da democracia directa. Numa era de globalização, é essencial que os cidadãos participem nos processos de tomada de decisões da União. Do mesmo modo, a liberdade de expressão e o pluralismo dão um importante contributo para a estabilidade política.
- O nosso sistema jurídico é profundamente influenciado pela herança de Roma. A segurança jurídica, por exemplo, a igualdade perante a lei e o direito de propriedade continuam a ser condições indispensáveis para o desenvolvimento de sistemas económicos prósperos.
- Os legados dos valores cristãos são mais importantes do que nunca. A caridade, a tolerância, a liberdade individual, o respeito da dignidade humana e a solidariedade asseguram a estabilidade política.
- Por último, a Idade das Luzes marca a última pedra angular, em que o laicismo emerge como o legado mais duradouro. A liberdade de religião, tanto local como internacionalmente, é uma condição básica para a coexistência pacífica dos povos.

Embora não tenhamos o direito de pretender que os nossos valores sejam reconhecidos em todo o mundo, devemos reconhecer que estes valores são partilhados com outros no mundo ocidental. O papel dos EUA, em especial, foi determinante, não só para tornar possível a derrota do comunismo e a unificação da Europa, mas também para ajudar a desenvolver uma comunidade cultural de valores.

Identidade: É possível definir uma identidade europeia, em traços gerais, que se manifesta em termos culturais, históricos, religiosos, políticos e geográficos. Ao mesmo tempo, a UE (e os seus antecessores) construíram uma “Europa” muito mais específica, com as suas instituições, discursos, regras e regulamentos. Um aspecto central da Europa cultural é o Estado-nação. Para os cidadãos, a nação está muito mais presente, tem um raio de acção muito mais vasto na transformação das suas actividades e, assim, gera uma identidade mais forte. Com base nestes Estados-nação, é necessário um elevado nível de coesão interna entre os membros da União, para que esta funcione eficazmente.

Sistema institucional

A Cimeira de Berlim representou um avanço fundamental para a União. O impasse provocado pelos dois referendos perdidos em França e nos Países Baixos chegou ao fim. Embora se tenha falado de crise com algum exagero – uma das grandes marcas de sucesso da União é a sua capacidade de persistir no seu caminho mesmo em circunstâncias difíceis –, havia necessidade de reformas na sequência de duas vagas do maior alargamento da história da União, que praticamente duplicou o número dos seus membros. Era necessário reforçar a democracia das suas instituições, tanto no plano da legislação como no da responsabilidade orçamental; o Conselho precisava de um processo decisório mais ágil para responder às necessidades de uma

União alargada; e a União precisava de se adaptar à sua ambição de ter uma voz forte na cena mundial. Tudo isto foi conseguido em Berlim com um pacote reduzido de reformas, que recuperou o essencial do Tratado Constitucional.

A necessidade de uma administração eficiente

A atenção sobre a governação europeia concentra-se na arquitectura constitucional da União mas, embora esta “macro”-questão seja central, há outras “micro”-preocupações que não podem ser subestimadas. A queda da administração Santer pôs seriamente em causa a capacidade da Comissão para cumprir adequadamente a sua função de guardião dos Tratados. Foi iniciado um ambicioso processo de reformas, em resultado das investigações efectuadas pelo Parlamento Europeu e pelo “comité de sábios” (1999), e ambas as administrações subsequentes da Comissão procuraram pôr em prática a agenda das alterações necessárias.

Um dos grandes perigos que corre a União Europeia provém da tentativa constante dos Estados-Membros de delegarem novas funções nas suas instituições, sem as dotarem dos recursos necessários ao seu efectivo desempenho. Isto conduz a expectativas frustradas, desilusões e ressentimentos.

Os limites das fronteiras da União

As fronteiras criam um sentimento de pertença e de identidade, delimitam territórios e oferecem protecção. Nenhuma sociedade ou economia é possível sem fronteiras – estas são uma parte essencial do processo político. No caso da Europa, as fronteiras foram mudando ao longo dos séculos: não há uma definição clara de onde a Europa começa e acaba. Enquanto a Norte e a Oeste, as fronteiras estão definidas de forma bastante clara, não existe um verdadeiro consenso sobre as fronteiras orientais da Europa. Segundo o cientista alemão Hartwig Hummel, as fronteiras europeias não são pontos fixos eternos, são construções históricas, que podem mudar e evoluir.

No caso da União Europeia e da sua definição das fronteiras da Europa, os Estados-Membros têm um interesse comum, que assente em valores europeus partilhados com base numa história e em tradições comuns. Estes criam um sentimento de pertença colectiva; não se pode agir em conjunto se não se tiver um entendimento mútuo dos valores comuns. Assim, é possível que o poder de uma visão comum determine efectivamente onde a Europa começa e acaba em termos geográficos: é este, certamente, o caso da União Europeia.

Os argumentos até agora apresentados mostram que a agenda da UE está a mudar rapidamente dos temas da construção para a utilização das instituições na resposta aos desafios globais. Pode dizer-se que a Europa andou a perder tempo com o chamado processo constitucional nos últimos cinco anos, sem dedicar atenção suficiente à necessidade de se adaptar mais rapidamente a um mundo de dura concorrência económica, ameaças estratégicas vitais e mudanças tecnológicas e culturais radicais.

No contexto da consecução destes objectivos, parece aproximar-se o momento de definir as fronteiras da União, de modo a permitir que os cidadãos da UE tenham um verdadeiro sentimento de identidade. Isto permitiria igualmente uma concentração de esforços para enfrentar os desafios que se perfilam, sem a contínua desconcentração motivada pelo alargamento da União e o potencial enfraquecimento da sua capacidade de ser um parceiro global válido. Esta definição das fronteiras da UE não significaria o fim do processo de alargamento, mas sublinharia a necessidade de a União tratar primeiro dos seus interesses – incluindo a sua capacidade de integração – em vez de permitir a adesão de qualquer Estado que o deseje.

OPÇÕES POLÍTICAS

Mudar as atitudes perante a governação

Para enfrentar estes desafios, a União Europeia precisará de reagir à forma como estão a mudar as atitudes relativamente aos órgãos governamentais de todos os tipos.

- As instituições políticas estão a sofrer as consequências de uma crescente falta de respeito pela autoridade. Em resultado de um consenso alargado sobre a direcção política em geral, os resultados das eleições parecem menos importantes e, talvez por isso, e com muito poucas excepções, a afluência às urnas é cada vez menor.
- Num mundo globalizado baseado na economia digital, a principal unidade de importância vai ser o indivíduo. Assim, o espírito burocrático característico da UE e dos seus Estados-Membros terá de se adaptar para actualizar a governação europeia. A opinião pública procura utilizar as novas tecnologias para manter os dirigentes políticos sob controlo, para debater ideias e para fazer campanhas por mudanças políticas: os blogues são cada vez mais utilizados para divulgar ideias e recrutar adeptos; organizam-se manifestações rapidamente, por meio de mensagens de correio electrónico e de telemóvel; grupos de pressão “virtuais” estão a substituir as associações tradicionais como principais veículos de acção política.
- A identificação da maioria dos cidadãos com os Estados-nações da Europa permanece forte, e provavelmente continuará a ser o foco principal da sua lealdade e da sua exigência de boa governação. Existe, no entanto, uma aceitação crescente da ideia de que o poder político pode ser disperso por diversos níveis de governação, quando necessário – por exemplo, a nível europeu, para algumas políticas, e a nível regional ou local para outras – ou mesmo retirado do âmbito do governo e entregue a organismos privados, comerciais ou sem fins lucrativos, ou a determinadas pessoas. Consequentemente, a governação encontra-se, em todos os seus níveis, num mercado concorrencial em que se compete por influência e poder.

O processo de alargamento

Futuros alargamentos colocam um enorme desafio à governação da União. Têm grandes consequências para os quatro aspectos acima referidos de uma boa governação da União e não serão fáceis de gerir. A União Europeia tem de se prevenir contra o exagero de construir uma Europa tão alargada que seja incapaz de

cumprir os seus objectivos. A acção da UE não pode, de forma alguma, ser sacrificada no altar do alargamento.

Um alargamento bem controlado ainda tem potencialidades para ampliar o espaço europeu do Estado de direito e dos direitos humanos, reforçando o carácter democrático dos novos membros; pode expandir o mercado interno, o maior mercado único, que contribui para maior estabilidade e prosperidade económica; pode reforçar a voz da Europa no mundo. Porém, se for feito à pressa, mal preparado e realizado sem uma base comum de valores e objectivos futuros, comprometerá irrevogavelmente a capacidade da União. Uma análise crítica dos méritos de cada candidatura tem de ter cuidadosamente em consideração a capacidade de integração da União num dado momento e de um dado candidato.

Embora reconhecendo que os países europeus têm, nos termos dos Tratados, o direito a candidatarem-se à adesão à União, é preciso estabelecer uma definição clara das fronteiras da União, para que esta seja capaz de enfrentar os desafios que se lhe deparam, de manter a coesão interna e de integrar os Balcãs ocidentais. Uma vez acordada esta definição, sugere-se que se deixe passar um período significativo, talvez de quinze anos, antes de se concluírem outras negociações de alargamento. Tem de ser plenamente desenvolvida uma política coerente e especificamente centrada nos vizinhos da União, para manter relações de cooperação prósperas e estáveis com todos os países em questão.

Sistema institucional

Nos últimos 20 anos, a estrutura da União passou por profundas alterações – nada menos do que quatro grandes Tratados, estando um quinto em vias de conclusão e posterior ratificação pelos 27 Estados-Membros nos próximos 12 meses. Ninguém poderia ter previsto estes acontecimentos ou as suas consequências.

Contudo, os cidadãos da UE apreciariam agora uma pausa nas alterações institucionais, para poderem perceber não só quais os domínios que são da responsabilidade da UE, mas também o que a União está a fazer para enfrentar os desafios globais que se lhe deparam. Assim, quaisquer futuras alterações ao sistema institucional da União deverão ter por único objectivo melhorar a eficiência e a transparência com que exerce as funções que lhe estão atribuídas.

O recurso a formas mais flexíveis de “cooperação reforçada” poderia melhorar a eficácia da União enquanto actor global tornando mais fáceis de gerir e de aceitar as novas políticas que serão elaboradas. A cooperação reforçada entre os que têm essa vontade e capacidade poderia permitir aos países procurarem a cooperação nas funções em que esta é verdadeiramente necessária, sem os forçar a cooperar nas funções que preferem exercer sozinhos.

Administração eficiente

O enfoque na administração competente e eficiente das políticas da União deve ser reforçado. Embora a negociação de novos Tratados ou a admissão de novos países (como a Bulgária e a Roménia) constituam uma

cortina de fumo útil para desviar a atenção dos assuntos do dia-a-dia, os cidadãos da UE querem saber que os recursos financeiros estão a ser bem geridos e querem participar nos debates e decisões da União.

Devem ser feitos esforços consideráveis para utilizar as novas tecnologias, em especial a Internet, a fim de facilitar a participação dos europeus nas actividades da UE, quer na formulação das políticas, quer na tomada de decisões. Os novos desafios permitirão que as grandes questões sejam tratadas com a participação de todos os que quiserem ser ouvidos.

O mundo multipolar: o papel crítico da parceria transatlântica

ANÁLISE

Até aqui, analisámos os desafios globais que se anunciam e observámos em detalhe as quatro principais áreas de importância para os próximos 20 anos. À medida que a natureza do mundo se torna mais multipolar, terão de ser concebidas novas políticas e de ser integrados no sistema global novos actores. As áreas de maior importância geográfica continuarão a ser, sem dúvida, a China, a Rússia, o Médio Oriente e a África. Se é verdade que os desafios políticos analisados são, pela sua natureza, de longo prazo e exigirão intensa cooperação europeia, é também certo que estes desafios serão mais fáceis de enfrentar, de um ponto de vista ocidental, se a parceria transatlântica for aprofundada para esse efeito. Qual é o estado actual desta relação e qual poderá ser o seu significado para 2025?

O sério desacordo entre os Estados Unidos e alguns dos seus aliados europeus acerca do Iraque levou a que as relações transatlânticas descessem a um nível sem precedentes. O fim da guerra fria e a desagregação da União Soviética revelaram acentuadas diferenças de valores e de interesses entre os dois lados do Atlântico, que anteriormente estavam ocultas pela necessidade determinante de fazer frente a um inimigo comum. A relação transatlântica encaminhava-se para uma gradual mas inevitável divergência, senão mesmo para o divórcio. Desenvolveu-se o receio de que a Europa fosse em busca de outros fóruns para si mais convenientes, descurando a sua importante relação com os Estados Unidos a favor de uma política ecléctica de relações bilaterais concorrentes.

Em 2005, no entanto, as relações transatlânticas tinham recuperado alguma civilidade e humildade. Os líderes de ambos os lados do Atlântico fizeram esforços para deixar para trás os episódios que os tinham dividido. Apesar de algumas divergências inegáveis, os parceiros transatlânticos continuam a partilhar mais valores e interesses importantes do que quaisquer outras duas regiões do mundo. Considerando as suas muitas afinidades e os seus laços políticos e culturais, os Estados Unidos e a Europa continuam a ser parceiros naturais.

No entanto, mais importante do que essas afinidades foi o reconhecimento por ambas as partes de que a Europa e os Estados Unidos enfrentam desafios similares num ambiente global em rápida mutação e partilham as importantes consequências do desenlace destes desafios. Contrariamente à imagem popular dos interesses divergentes, as agendas políticas gerais dos dois lados do Atlântico parecem estar a convergir. Os decisores políticos e as opiniões públicas dos dois lados do Atlântico têm ideias cada vez mais convergentes sobre os desafios estratégicos que se colocam aos seus países no século XXI.

Europeus e americanos continuam, por exemplo, a usufruir dos benefícios e das oportunidades que o processo de globalização lhes oferece. Mas estão igualmente inquietos com alguns dos “lados negros” deste processo. Americanos e europeus têm as mesmas preocupações sobre as consequências económicas e sociais das mudanças em curso na economia global. Os desafios da concorrência da China e da Índia, por exemplo, e as questões daí decorrentes em matéria de emprego e contratação externa, assim como a necessidade de

reforma dos sistemas de segurança social foram temas em destaque nas eleições de 2006 para o Congresso americano e nas eleições presidenciais francesas deste ano.

Os líderes de ambos os lados estão, portanto, bem conscientes da necessidade de gerir melhor o processo de globalização e as suas ramificações. Os Estados Unidos e a União Europeia têm um interesse comum imediato em cooptar potências económicas emergentes como a Índia e a China de modo a inseri-las no quadro de regras que regem a economia global. Sabem também que é do seu interesse comum que os países emergentes reconheçam e adotem essas regras e normas – seja no domínio do acesso ao mercado, no dos direitos de propriedade intelectual ou no da segurança dos produtos.

Um aspecto frequentemente citado das divergências transatlânticas é o que diz respeito aos desafios da segurança global. Porém, embora existam divergências sobre a escala de prioridades e a legitimidade e utilidade do recurso à força armada, ambos os lados concordam nos vários pontos da agenda de segurança: a necessidade de deter a proliferação de armas de destruição maciça, a maior eficácia no combate ao terrorismo internacional e a ajuda aos Estados fracos ou falhados em todo o mundo.

Não é apenas desde o muito discutido relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC) que as opiniões públicas dos dois lados do Atlântico têm uma preocupação comum com as consequências das alterações climáticas. Ligada a esta está uma consciência cada vez maior da crescente competição global pelos recursos energéticos e da importância estratégica de um aprovisionamento energético estável e seguro.

A lista de desafios que são reconhecidos de ambos os lados do Atlântico é longa e inclui ainda o interesse comum em enfrentar a crescente volatilidade no Médio Oriente e em fazer avançar o processo de paz entre palestinianos e israelitas, em progredir na agenda do desenvolvimento global e em superar o actual impasse nas negociações sobre a liberalização do comércio, promovendo os valores e a governação democráticos.

Quando se discute o âmbito da cooperação transatlântica reforçada, é muitas vezes subestimado um aspecto desta relação. Os Estados Unidos e a Europa têm vivido um período sem precedentes de integração económica desde o início da década de 1990, que efectivamente criou uma economia transatlântica. Apesar da tão falada emergência da China e da Índia, os Estados Unidos e a União Europeia continuam a ser as mais importantes fontes e destinos do investimento directo estrangeiro recíproco. A relação económica EUA-UE representa 3 biliões de dólares anuais, e ambas as economias estão mais ligadas entre si pelo investimento estrangeiro e por redes de filiais (as formas mais profundas de integração económica) do que pelo comércio bilateral (uma forma mais superficial de integração). Na verdade, o comércio bilateral representa apenas 20% da relação económica transatlântica.

Os fluxos de investimento mútuo continuam significativamente mais elevados do que os investimentos dos EUA ou da UE na China, na Índia ou em qualquer outro lado. E o mesmo acontece com o volume de negócios e de lucros decorrentes de operações de empresas dos EUA e da UE no outro lado do Atlântico. A economia transatlântica gera directamente 14 milhões de emprego em ambos os lados do Atlântico.

Em consequência do elevado grau de integração económica transatlântica, as decisões políticas e regulamentares de um dos lados do Atlântico têm cada vez mais impacto nas empresas e consumidores do outro lado. No entanto, embora para as empresas já exista uma economia transatlântica, os decisores políticos ainda não as acompanham. O enquadramento de uma cooperação política e regulamentar reforçada entre a UE e os EUA está ainda em evolução.

Como afirmou Joseph Quinlan, os mercados transatlânticos lideram o processo de globalização. Em consequência do nível de integração económica transatlântica, os Estados Unidos e a Europa não podem – literalmente – dar-se ao luxo de um divórcio: a prosperidade e a segurança económica de ambos estão crescentemente ligadas entre si. Nenhum dos lados pode, portanto, ver a economia transatlântica como um dado adquirido. Com efeito, os EUA e a UE têm um interesse comum em avançar com a integração económica transatlântica, que não só servirá de base ao crescimento económico e à prosperidade na região transatlântica, como protegerá igualmente os EUA e a UE de maiores desequilíbrios comerciais com as potências económicas emergentes e da volatilidade da economia global que acompanhará a ascensão destas.

Para manter a preponderância da economia transatlântica e permitir que esta desenvolva todas as suas potencialidades, são necessários o reforço da cooperação transatlântica na formulação das políticas económicas e regulamentares e a eliminação das barreiras não pautais ao comércio que ainda restam – completando assim o mercado transatlântico. O quadro para o desenvolvimento da integração económica transatlântica adoptado na Cimeira EUA-UE de 2007 representa um passo importante neste sentido. No entanto, para o êxito desta iniciativa a longo prazo, é necessária uma liderança política sustentável e uma supervisão ao mais alto nível.

Tendo em conta os seus valores e interesses comuns, os seus fortes laços políticos e económicos e a sua longa experiência de cooperação frutuosa, os países da União Europeia e os Estados Unidos continuam a ser parceiros naturais e indispensáveis perante os desafios globais que enfrentam em conjunto. Nem os Estados Unidos nem a União Europeia podem esperar ter sucesso se agirem sozinhos. Por outro lado, as suas relações com terceiros têm uma profundidade comparável à da parceria transatlântica, que lhes permita ter as mesmas perspectivas de sucesso.

Os parceiros transatlânticos estão bem posicionados para enfrentarem em conjunto os desafios que têm pela frente. Num futuro previsível, os EUA continuarão a ser a única superpotência mundial, com considerável poder político, económico e militar e influência global, enquanto a União Europeia representa já hoje a maior economia integrada do mundo. Juntos, a UE e os EUA são responsáveis por 40% do PIB mundial e ainda desfrutam de posições proeminentes e de influência considerável em organizações internacionais como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Quando acordam em normas ou regulamentos, é frequente criarem novas "regras de ouro" mundiais. São ainda os dois maiores doadores de ajuda ao desenvolvimento e têm uma importante influência política em todo o mundo.

Neste contexto, o âmbito da cooperação transatlântica reforçada, que é do interesse de ambas as partes, é muito vasto. As respostas efectivas aos desafios acima enunciados dependerão de uma cooperação reforçada UE-EUA e da liderança UE-EUA. No entanto, existem em ambos os lados importantes obstáculos que complicam a cooperação.

Alguns dos principais desafios à cooperação reforçada UE-EUA estão directamente ligados às questões abordadas no capítulo anterior. A União Europeia será mais eficaz se aumentar os seus esforços para se tornar um actor global mais capaz e, deste modo, um parceiro global dos Estados Unidos. Terá de consolidar as suas estruturas institucionais, os seus processos de tomada de decisões, as suas capacidades e, em especial, as suas competências em matéria de política externa. Os Estados Unidos, por seu lado, terão de partilhar mais autoridade numa parceria de iguais e, o que é mais importante, há ainda uma tendência entre os decisores políticos dos Estados Unidos para verem as relações transatlânticas através do prisma mais estreito das relações bilaterais e/ou da aliança da NATO, centrada na segurança colectiva.

Estes dois aspectos revelam um défice mais estrutural nas relações UE-EUA. Por um lado, têm sido feitos poucos progressos para a resolução e reestruturação da relação entre a NATO e a União Europeia. Por outro lado, e talvez o mais importante, se considerarmos os vários desafios que os parceiros transatlânticos enfrentam, a UE e os EUA ainda não têm uma base sólida nem um enquadramento geral para uma cooperação estruturada. A Nova Agenda Transatlântica de 1995 revelou-se insuficiente para o estabelecimento de uma cooperação efectiva, nomeadamente pelo facto de as suas disposições terem sido apenas parcialmente aplicadas, e está hoje claramente ultrapassada. Entre os Estados Unidos e a União Europeia existem múltiplos diálogos informais ou sectoriais e outros fóruns para o intercâmbio e a colaboração. Uma cooperação efectiva dependerá de modos de cooperação mais permanentes e bem estruturados, que assegurem uma supervisão política ao mais alto nível de ambos os lados.

Por último, alguns dos interesses e perspectivas divergentes que inegavelmente existem entre os Estados Unidos e a União Europeia terão de ser geridos com mais eficácia. Alguns deles têm origem em diferentes culturas políticas e posições geográficas. Por exemplo, enquanto a UE vê as suas relações com a China principalmente em termos económicos, os EUA vêem a China como um desafio em termos políticos e de segurança, em resultado do seu papel regional e dos seus compromissos com o Japão e com Taiwan. Outras divergências, no entanto, são simplesmente exacerbadas por debates altamente moralistas – quer se trate da pena de morte ou dos OGM.

OPÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICAS

Ainda que outras relações bilaterais entre a União Europeia e terceiros sejam importantes, nem todas as relações bilaterais são iguais e a União tem de assegurar que a sua parceria com os Estados Unidos se reflecte inteiramente em todos os níveis de actividade. Havendo uma boa colaboração nesta parceria, podem depois desenvolver-se relações estreitas com outros aliados importantes, como o Japão e a Índia, para enfrentar os desafios que se perfilam.

Para pôr em prática esta visão fundamental das questões globais no século XXI, são necessárias medidas específicas. Devemos:

- reconhecer que está a emergir um mundo multipolar: a importância do esforço conjunto dos parceiros transatlânticos na promoção dos interesses e valores ocidentais é maior do que nunca, nomeadamente pela procura de bases comuns para enfrentar os desafios globais;
- assegurar que a ligação NATO/UE/EUA seja efectivamente estruturada – ligando os aliados numa base global – para enfrentar os desafios globais;
- promover acções conjuntas UE-EUA sempre que possível, nomeadamente em fóruns globais e regionais; estabelecer um tratado de parceria UE-EUA para servir de base a essas acções;
- completar o mercado transatlântico até 2015, para aprofundar o intercâmbio bilateral e estimular o crescimento económico global;
- estruturar uma sólida cooperação em matéria de energia e ambiente entre os parceiros transatlânticos para promover acções globais;
- a questão dos Estados falhados deve ser uma prioridade da cooperação UE-EUA – o desenvolvimento desta abordagem pode levar a uma revisão das operações de ajuda externa da UE e dos EUA com vista a criar meios mais robustos para a projecção da cooperação UE-EUA;
- formular um projecto de estratégia de segurança conjunta com base em textos existentes (EUA 2006/UE 2003), ligando esta à revisão do conceito estratégico da NATO;
- por último, reconhecer a necessidade de promover uma reforma substantiva das Nações Unidas, para reflectir o diferente equilíbrio global de interesses em 2025.

V. Conclusões

Ao perspectivarmos 2025, não podemos fazer uma avaliação rigorosa das condições que existirão nessa data. O presente documento, contudo, destaca claramente uma série de tendências que não podem ser ignoradas pelos decisores políticos europeus. Distinguindo a importância de cada uma dessas tendências e, em seguida, determinando que medidas devem ser tomadas, o presente documento constitui um contributo para os responsáveis pela elaboração dos programas políticos partidários. Os pontos principais do documento são os seguintes:

- Existe uma significativa mudança do ritmo inerente às questões em discussão, que passam dos temas constitucionais para os dos desafios globais que se anunciam; a velocidade da mudança está em aceleração; a impressão que se tem é a de que a Europa não se está a adaptar com a rapidez suficiente.
- Esses desafios são extremamente importantes em amplitude e profundidade. São também, pela sua natureza, a longo prazo, não podendo ser resolvidos por soluções a curto prazo.
- No ambiente global em evolução, nenhum Estado-Membro é capaz de enfrentar estes desafios sozinho. A UE tem de desempenhar um papel essencial para desenvolver a compreensão do que estes desafios irão significar para os cidadãos da UE, encorajando-os a encarar o futuro com optimismo e confiança.
- Num mundo multipolar, a Europa tem de manter-se em contacto com todos os actores, mas o estreitamento dos laços transatlânticos é essencial para enfrentar esses desafios, especialmente em matéria de economia, de energia e ambiente e de segurança. Será necessária uma nova estrutura de parceria transatlântica.
- Num mundo globalizado, baseado na economia digital, a principal unidade de importância será o indivíduo. Assim, as características burocráticas da UE e dos seus Estados-Membros terão de se adaptar a fim de actualizar a governação europeia. A opinião pública está a procurar utilizar as novas tecnologias para manter os dirigentes políticos sob controlo, debater ideias e fazer campanhas em prol de mudanças.
- A UE deve preocupar-se menos com o alargamento das suas fronteiras para leste; aliás, as fronteiras da UE devem ser agora estabelecidas e deve ser acordado um período de tempo substancial para consolidar a coesão interna da União. Deve ser dedicado mais tempo e esforço a resolver questões que não podem esperar mais, especialmente nos seguintes domínios:

- competitividade global: a necessidade de uma revolução TI radical na educação, inovação e espírito empresarial na UE, com referência especial à concorrência dentro do sistema educativo;
 - demografia e imigração: o envelhecimento da população terá efeitos profundos em todos os aspectos da vida europeia – pensões, transportes, habitação, etc.; em especial, tem de ser reconhecida a necessidade de orientar o mercado de trabalho para o trabalho a tempo parcial e de haver uma maior selectividade na política de imigração;
 - terrorismo e segurança: temos de assegurar a sobrevivência da democracia ocidental e denunciar a natureza das ideologias radicais, dando especial atenção à promoção de laços interculturais, etc.; a União tem de continuar a dar prioridade à promoção da democracia e dos direitos humanos em todo o mundo;
 - energia e ambiente: temos de enfrentar o desafio das alterações climáticas através do incentivo à investigação e ao investimento para encontrar novas tecnologias que possam melhorar a forma como nós, no Ocidente, convivemos com o ambiente; há necessidade urgente de desenvolver novas tecnologias, como a das células de hidrogénio, para assegurar uma maior independência da Europa em relação aos aprovisionamentos do Médio Oriente/Rússia. É preciso reconstruir um consenso popular em torno da energia nuclear.
-
- Importa reconhecer que todos estes desafios estão interligados. A inovação está ligada à demografia e à imigração; a imigração está ligada ao terrorismo e à segurança; a segurança está ligada às questões do ambiente e da energia.
 - Por último, se este exercício for útil para alertar os decisores políticos para os desafios que se anunciam, ele deve ser regularmente actualizado, porque as relações entre as diferentes questões irão certamente mudar à medida que os acontecimentos seguem o seu curso... 2012?

European Ideas Network
EPP-ED, European Parliament, Rue Wiertz, 1047 Brussels, Belgium

www.ein.eu